

Organizadores

Francisco José Araújo Bezerra

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Luciano J. F. Ximenes

Airton Saboya Valente Junior

Perfil Socioeconômico de

Pernambuco

2/2



**Banco do
Nordeste**

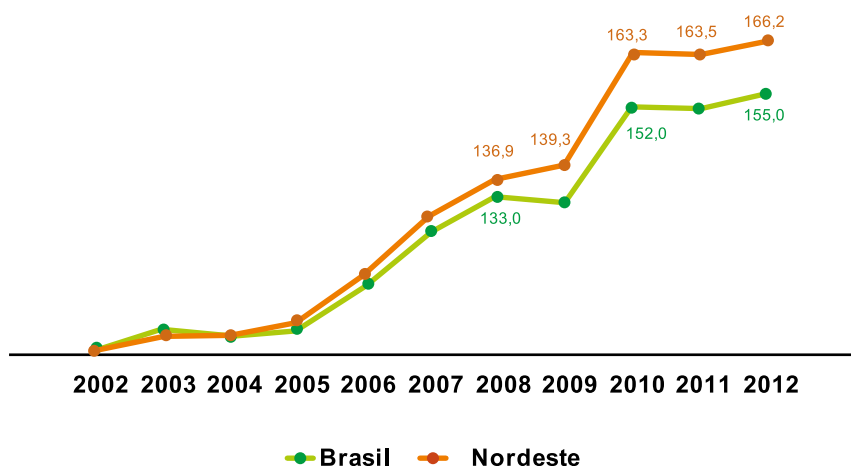
7 Comércio e serviços

Wellington Santos Damasceno

Economista. Mestre em Economia

O setor de comércio e serviços é expressivo no Nordeste, tendo registrado forte expansão nos últimos anos. O Valor Adicionado Bruto (VAB) desse segmento na Região, obteve uma evolução superior à média nacional no período de 2002 a 2012, conforme os dados mais recentes divulgados. Enquanto no Brasil o crescimento em termos reais foi de 55,0%, no Nordeste o crescimento alcançou 66,2% no período (Gráfico 1).

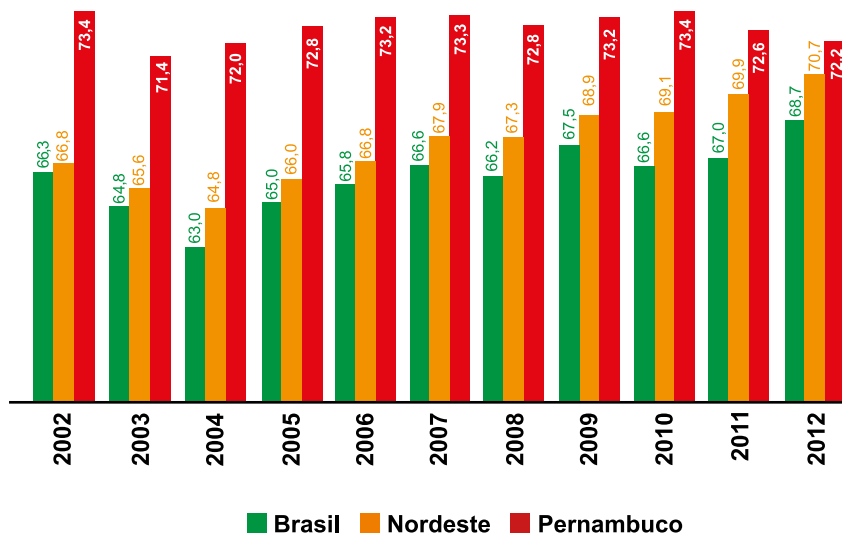
Gráfico 1 – Evolução do VAB - Comércio e serviços - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Especificamente em Pernambuco, o valor adicionado para comércio e serviços correspondia a 73,4% do VAB da economia do Estado em 2002. Essa relação reduziu-se para 72,2% em 2012, embora com participação superior às médias nacional e regional que representavam no mesmo ano 68,7% e 70,7%, respectivamente (Gráfico 2).

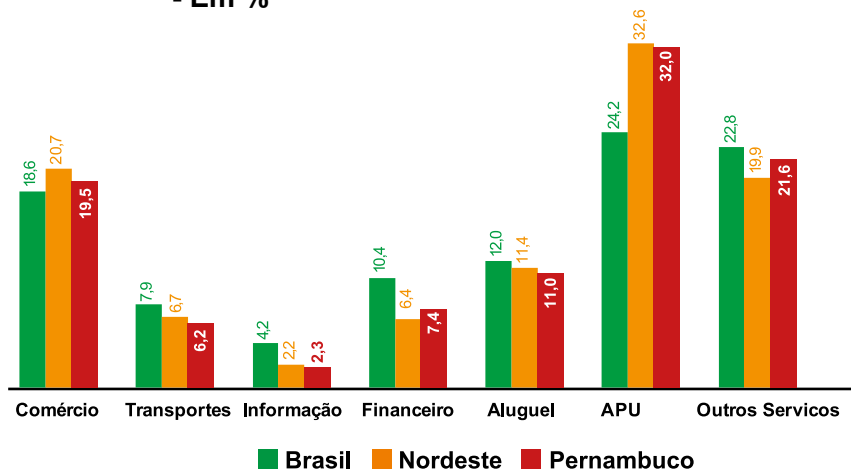
Gráfico 2 – Participação do VAB - Comércio e serviços na economia - Brasil, Nordeste e Pernambuco - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Os serviços de Administração Pública (APU) são expressivos em Pernambuco, tendo representado 32,0% do total do setor de comércio e serviços em 2012. No Nordeste e Brasil a participação foi de 32,6% e 24,2% nesse mesmo ano, respectivamente (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição do VAB - Comércio e serviços por atividade em 2012 - Brasil, Nordeste e Pernambuco - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: transportes referem-se a transportes, armazenagem e correios; informação compreende serviços de informação e comunicação; financeiro trata-se de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; aluguel representa atividades imobiliárias e aluguéis; e APU significa administração, saúde e educação pública e seguridade social.

Conforme dados do IBGE, Pernambuco possui 16,6% da população do Nordeste. O Estado participa com 19,2% do VAB do Nordeste. Por sua vez, o comércio e serviços do Estado representam 19,6% do VAB desse setor regionalmente (Quadro 1).

Quadro 1 – Indicadores selecionados em 2012

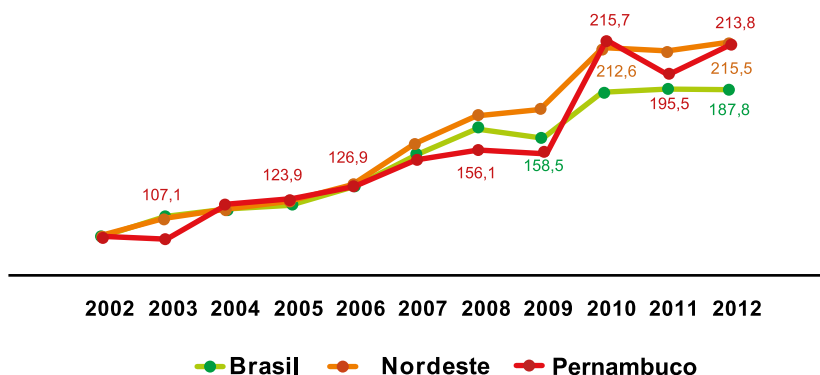
Participação (%) do VAB de comércio e serviços de Pernambuco no VAB do Nordeste	19,58
Participação (%) do VAB de Pernambuco no VAB do Nordeste	19,19
Participação (%) da população de Pernambuco no Nordeste	16,57

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

7.1 Comércio

O VAB do comércio pernambucano obteve crescimento semelhante à média nordestina e superior à média brasileira no período de 2002 a 2012. O valor adicionado no Estado cresceu 113,8%, enquanto que no Nordeste o incremento foi de 115,5%. No Brasil, a evolução foi de 87,8% na mesma comparação (Gráfico 4).

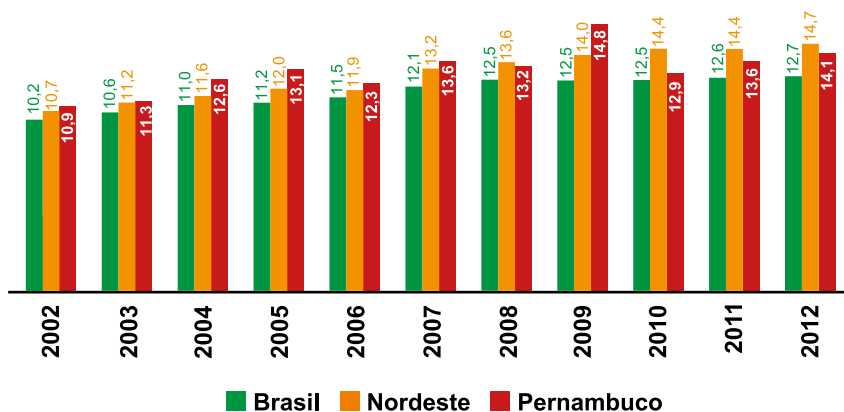
Gráfico 4 – Evolução do VAB - Comércio - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação do comércio no Valor Adicionado Bruto do Nordeste cresceu de 10,7% em 2002 para 14,7% em 2012. Em Pernambuco essa atividade registrou uma participação semelhante, crescendo de 10,9% em 2002 para 14,1% em 2012. No Brasil, essa participação foi de 12,7% em 2012 (Gráfico 5).

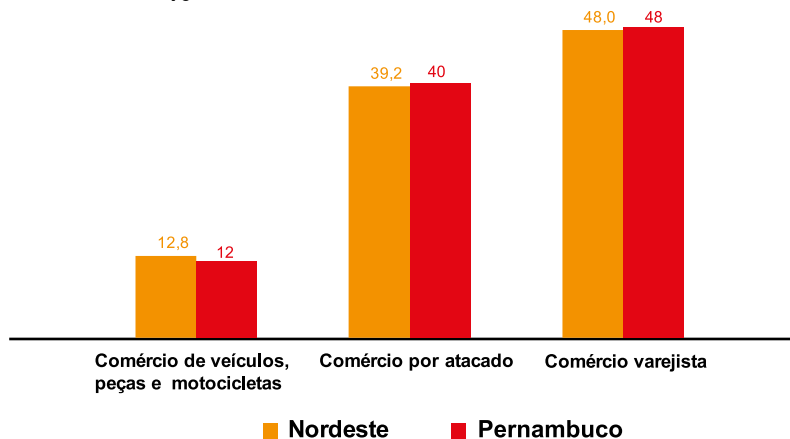
Gráfico 5 – Participação do VAB - Comércio - Brasil, Nordeste e Pernambuco - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

O comércio varejista tem se destacado no Nordeste com 48,0% de participação nas receitas brutas do setor, mesma porcentagem registrada em Pernambuco em 2012. Seguem o comércio atacadista e o comércio de veículos tanto em termos de Nordeste quanto em relação a Pernambuco (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Distribuição da receita bruta de revenda e comissões do Nordeste e Pernambuco por atividade em 2012 - Em %

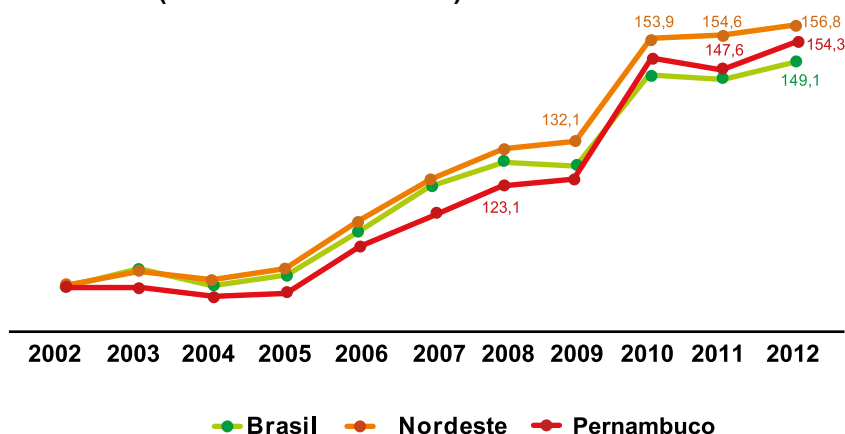


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

7.2 Serviços

O valor adicionado pelos serviços à economia de Pernambuco, exclusive comércio, obteve crescimento inferior ao desempenho regional e superior ao nacional no período de 2002 a 2012. Em termos reais, o valor adicionado cresceu 54,3% em Pernambuco, enquanto que no Nordeste e Brasil, os aumentos foram de 56,8% e 49,1%, respectivamente (Gráfico 7).

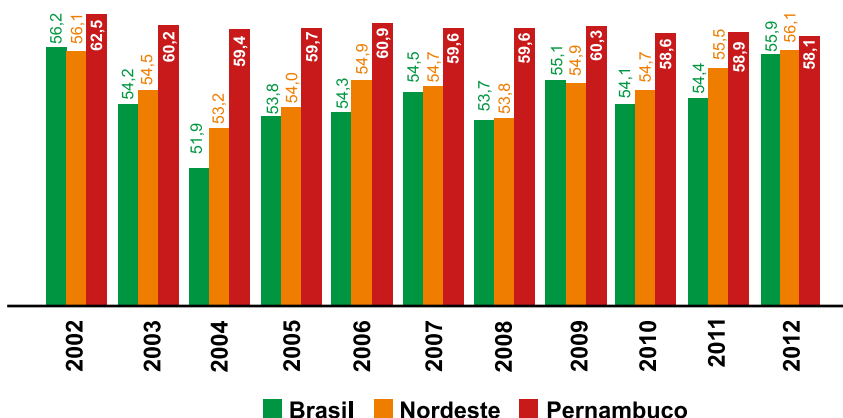
Gráfico 7 – Evolução do VAB - Serviços exclusive comércio - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação dos serviços, exclusive comércio, no VAB pernambucano apresentou redução de 62,5% em 2002 para 58,1% em 2012, enquanto que no Nordeste, a participação não se alterou no mesmo período estudado. No Brasil, a participação obteve uma pequena redução de 56,2% para 55,9% ao longo da série estudada.

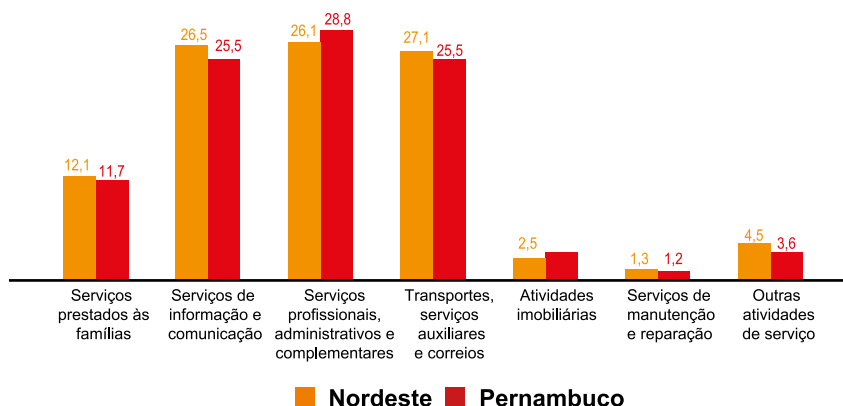
Gráfico 8 – Participação dos serviços no VAB - Brasil, Nordeste e Pernambuco - Exclusive comércio - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Em termos de receitas, os serviços profissionais, administrativos e complementares são mais expressivos em Pernambuco, seguidos pelos serviços de informação e comunicação e pelos serviços de transporte (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Distribuição da receita bruta de prestação de serviços não financeiros do Nordeste e Pernambuco por atividade em 2011 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2011).

7.3 Considerações finais

O setor de comércio e serviços registrou crescimento em Pernambuco nos últimos anos, tendo alcançado 72,2% da economia estadual em 2012. As atividades da administração pública são representativas com quase 32,0% do VAB comércio e serviços do Estado em 2011.

Em termos gerais, o comércio em Pernambuco cresceu em valores próximos à média regional e acima da média nacional de 2002 a 2012. O comércio cresceu 113,8% e o restante dos serviços cresceram 54,3%, evolução semelhante à nordestina embora superior à média brasileira.

A participação do comércio cresceu de 10,9% para 14,1% no VAB do Estado de 2002 a 2012, com destaque para o comércio varejista que representou 48,0% de todo o comércio em 2012.

As demais atividades de serviços, exceto comércio, ganharam participação no Estado, mas mantiveram participação inferior às médias regional e nacional. O VAB serviços, exceto comércio, representou 58,1% do VAB estadual em 2012, enquanto que no Nordeste e no Brasil alcançaram 56,1% e 55,9%, respectivamente.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Economia: sistema de contas nacionais. In: **Contas regionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual de serviços**. Rio de Janeiro, 2011.
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual do comércio**. Rio de Janeiro, 2012.
Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home> >. Acesso em 11 nov. 2014.

8 Fluxos do comércio interestadual

Francisco Raimundo Evangelista

Engenheiro Agrônomo. Doutor em Economia
da Indústria e da Tecnologia

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Economista. Mestre em Administração de Empresas

Airton Saboya Valente Junior

Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico

Paulo André Almeida Lopes

Graduando em Economia. Bolsista de Nível Superior

O presente capítulo foi elaborado a partir de dados gerados pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Referida matriz constitui-se em uma ferramenta utilizada em análises econômicas, pois mostra como os setores estão relacionados entre si, ou seja, quais segmentos suprem os outros de serviços e produtos e quais atividades compram das demais. Assim, a Matriz de Insumo-Produto apresenta uma visão sobre o funcionamento da economia, revelando inclusive a interdependência entre as diversas atividades que compõem o sistema econômico de um determinado território.

A Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, construída pelo Banco do Nordeste em parceria com a Universidade de São Paulo, utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, que por sua vez foram elaboradas e divulgadas pelo IBGE. A matriz tem um recorte de 82 setores.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos Estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente a médio ou no longo prazo. Nesse sentido, considera-se relevante a análise aqui apresentada e embasada nas contas regionais e nacionais de 2009.

O capítulo está dividido em quatro partes. Inicialmente, detalham-se as compras realizadas por Pernambuco em termos de insumos intermediários. Em seguida, apresentam-se as vendas de insumos intermediários realizadas por esse Estado. A terceira parte sintetiza o balanço de compras e vendas realizadas. Finaliza-se o texto com uma análise sobre a agregação de valor por parte da economia pernambucana.

8.1 Compras de insumos intermediários

Os insumos intermediários são representados pelos bens e serviços utilizados para alimentar a produção setorial de Pernambuco, podendo ser constituídos por matérias-primas, peças, partes, componentes ou mesmo produtos acabados e serviços que entram na composição de determinado setor produtivo.

É importante ressaltar que os resultados apresentados referem-se a compras de insumos intermediários. Pernambuco produz bens finais que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, também registrada na Matriz de Insumo-Produto, mas não analisada nesse trabalho. Também, não são computadas as importações de fora do País.

Conforme os dados da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, o total das compras de Pernambuco com insumos intermediários totalizou R\$ 43,6 bilhões em 2009. A maior parte das aquisições foi oriunda do próprio Estado, ou seja, R\$ 26,4 bilhões ou 60,6% do total das compras realizadas. Isto implica dizer que Pernambuco adquiriu R\$ 17,2 bilhões das outras Unidades Federativas nesse mesmo ano.

O estado de São Paulo foi um dos principais fornecedores de Pernambuco com R\$ 6,5 bilhões no ano estudado. Seguem Rio de

Janeiro com R\$ 1,6 bilhão, Minas Gerais com R\$ 1,3 bilhão, Bahia com R\$ 1,2 bilhão e Paraná com R\$ 992,0 milhões. Portanto, a economia de Pernambuco possui vínculos comerciais mais expressivos com alguns Estados do Sudeste, Nordeste e do Sul em comparação com as regiões Norte e Centro-Oeste (Tabela 1).

O setor de serviços aparece como o mais relevante em termos de compras no Estado, correspondendo a R\$ 21,1 bilhões ou 48,4% do total das aquisições pernambucanas. O principal fornecedor foi o próprio Pernambuco, com R\$ 14,6 bilhões. Portanto, o setor de serviços de Pernambuco adquiriu um total de R\$ 6,5 bilhões das demais Unidades Federativas com destaque para São Paulo (R\$ 3,2 bilhões), Rio de Janeiro (R\$ 662,6 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 405,7 milhões), Minas Gerais (R\$ 357,6 milhões) e Bahia (R\$ 352,1 milhões).

A indústria é o segundo setor mais representativo em termos de compras, isto é, R\$ 21,1 bilhões, com destaque para as aquisições realizadas em Pernambuco (R\$ 11,4 bilhões). Assim, o setor industrial pernambucano comprou R\$ 9,7 bilhões de outros Estados, especialmente de São Paulo (R\$ 3,1 bilhões), Rio de Janeiro (R\$ 885,6 milhões), Minas Gerais (R\$ 827,2 milhões), Bahia (R\$ 783,3 milhões) e Paraná (R\$ 599,1 milhões).

A agropecuária pernambucana adquiriu R\$ 1,4 bilhão de insumos intermediários em 2009, dos quais R\$ 482,3 milhões provenientes do próprio Estado e R\$ 912,6 milhões das demais Unidades Federativas do País. Os principais vendedores foram São Paulo (R\$ 265,9 milhões), Minas Gerais (R\$ 112,9 milhões), Paraná (R\$ 80,8 milhões), Bahia (R\$ 76,8 milhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 74,5 milhões).

Tabela 1 – Origem das compras de insumos por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária		%	Indústria		%	Serviços		%	Total		%
		Valor			Valor			Valor			Valor		
Nordeste		672,9		48,2	13.590,6		64,4	15.429,4		73,0	29.692,9		68,0
	AL	16,2		1,2	588,6		2,8	88,6		0,4	693,4		1,6
	BA	76,8		5,5	783,3		3,7	352,1		1,7	1.212,1		2,8
	CE	31,6		2,3	200,5		0,9	155,5		0,7	387,6		0,9
	MA	18,9		1,4	149,0		0,7	47,3		0,2	215,2		0,5
	PB	17,8		1,3	257,8		1,2	146,3		0,7	421,8		1,0
	PE	482,3		34,6	11.393,5		54,0	14.555,2		68,9	26.431,0		60,6
	PI	10,0		0,7	32,8		0,2	14,1		0,1	56,9		0,1
	SE	14,1		1,0	112,4		0,5	30,5		0,1	156,9		0,4
	RN	5,2		0,4	72,8		0,3	40,0		0,2	118,1		0,3
Sudeste		426,6		30,6	5.004,6		23,7	4.264,7		20,2	9.695,9		22,2
	ES	12,8		0,9	202,7		1,0	85,8		0,4	301,3		0,7
	MG	112,9		8,1	827,2		3,9	357,6		1,7	1.297,7		3,0
	RJ	35,0		2,5	885,6		4,2	662,6		3,1	1.583,2		3,6
	SP	265,9		19,1	3.089,1		14,6	3.158,6		14,9	6.513,6		14,9

continua...

continuação

Norte		32,4	2,3	558,5	2,6	299,2	1,4	890,1	2,0
	AC	3,7	0,3	7,5	0,0	5,2	0,0	16,4	0,0
	AP	1,8	0,1	12,3	0,1	1,6	0,0	15,7	0,0
	AM	9,6	0,7	163,1	0,8	211,5	1,0	384,3	0,9
	PA	9,2	0,7	277,7	1,3	44,4	0,2	331,3	0,8
	RO	5,3	0,4	42,3	0,2	12,6	0,1	60,2	0,1
	RR	0,6	0,0	3,6	0,0	4,0	0,0	8,2	0,0
	TO	2,3	0,2	51,9	0,2	19,9	0,1	74,1	0,2
Centro-Oeste		73,8	5,3	556,4	2,6	255,8	1,2	886,0	2,0
	DF	3,3	0,2	28,1	0,1	57,7	0,3	89,2	0,2
	GO	31,8	2,3	271,6	1,3	99,7	0,5	403,1	0,9
	MT	29,1	2,1	173,0	0,8	61,9	0,3	264,0	0,6
	MS	9,5	0,7	83,7	0,4	36,5	0,2	129,7	0,3
Sul		189,2	13,6	1.396,7	6,6	884,7	4,2	2.470,6	5,7
	PR	80,8	5,8	599,1	2,8	312,2	1,5	992,0	2,3
	SC	33,9	2,4	332,0	1,6	166,8	0,8	532,7	1,2
	RS	74,5	5,3	465,6	2,2	405,7	1,9	945,9	2,2
Total		1.394,9	100,0	21.106,8	100,0	21.133,8	100,0	43.635,5	100,0

Fonte: BNB/ETENE.

As quinze principais atividades compradoras de Pernambuco em 2009 estão especificadas na Tabela 2. Referidas atividades responderam por R\$ 25,9 bilhões das compras realizadas, ou seja, por 59,3% do total das aquisições do Estado. Desses R\$ 25,9 bilhões adquiridos por essas 15 atividades, R\$ 16,9 bilhões foram comprados em Pernambuco e R\$ 9,0 bilhões foram adquiridos nas demais Unidades Federativas.

Dessas quinze atividades, onze são do setor de serviços (administração pública, serviços de informação, intermediação financeira, comércio varejista, transporte de carga e correios, saúde pública, comércio atacadista, educação pública, serviços prestados às empresas, serviços de alimentação e outros serviços), que foram responsáveis por R\$ 18,2 bilhões de compras.

As quatro atividades restantes advêm do setor industrial (construção civil, fabricação de açúcar, distribuição de energia elétrica e bebidas), que compraram R\$ 7,7 bilhões. Nenhuma atividade agropecuária está incluída entre as quinze principais listadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Principais atividades compradoras de insumos intermediários - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Administração pública e seguridade social	4.368,9	10,0	10,0
2	Construção	2.621,0	6,0	16,0
3	Fabricação de açúcar	1.875,7	4,3	20,3
4	Distribuição de energia elétrica	1.821,7	4,2	24,5
5	Serviços de informação	1.763,5	4,0	28,5
6	Intermediação financeira e seguros	1.685,5	3,9	32,4
7	Comércios varejista	1.505,4	3,4	35,8
8	Transporte de carga e correios	1.499,0	3,4	39,3
9	Bebidas	1.415,8	3,2	42,5
10	Saúde pública	1.411,9	3,2	45,8
11	Comércio atacadista	1.316,0	3,0	48,8
12	Educação pública	1.168,4	2,7	51,5
13	Serviços prestados às empresas	1.166,1	2,7	54,1
14	Serviços de alimentação	1.135,8	2,6	56,7
15	Outros serviços	1.133,9	2,6	59,3
16	Demais 67 setores	17.746,7	40,7	100,0
	Total	43.635,5	100,0	

Fonte: BNB/ETENE.

8.2 Vendas de insumos intermediários

A economia pernambucana vendeu R\$ 43,9 bilhões em termos de insumos intermediários a diferentes segmentos produtivos do País em 2009. O principal destino desses bens foi o estado de Pernambuco, R\$ 26,4 bilhões ou 60,3% do total das vendas. Assim, Pernambuco comercializou R\$ 17,5 bilhões com as demais Unidades Federativas em 2009.

São Paulo absorveu R\$ 5,2 bilhões ou 12,0% do total vendido pelos setores produtivos pernambucanos. Segue Rio de Janeiro que comprou R\$ 1,6 bilhão, Bahia com R\$ 1,6 bilhão, Rio Grande do Sul com R\$ 952,3 milhões e Minas Gerais com R\$ 870,5 milhões (Tabela 3).

Em termos setoriais, os serviços foi o principal fornecedor de insumos intermediários com R\$ 21,4 bilhões, seguido da indústria com R\$ 20,1 bilhões e da agropecuária com R\$ 2,3 bilhões.

Pernambuco é o principal destino dos insumos intermediários provenientes do setor de serviços, tendo totalizado R\$ 16,7 bilhões, enquanto que R\$ 4,7 bilhões foram comercializados para as demais Unidades Federativas. Os principais compradores foram São Paulo (R\$ 1,1 bilhão), Rio de Janeiro (R\$ 977,5 milhões), Bahia (R\$ 326,7 milhões), Paraíba (R\$ 315,6 milhões) e Distrito Federal (R\$ 244,1 milhões).

Em termos de indústria, Pernambuco absorveu R\$ 9,2 bilhões de insumos intermediários, enquanto que R\$ 10,9 bilhões foram vendidos para outros Estados. Os principais compradores foram São Paulo (R\$ 3,3 bilhões), Bahia (R\$ 1,2 bilhão), Minas Gerais (R\$ 649,8 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 648,3 milhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 635,7 milhões).

Já a agropecuária vendeu R\$ 2,3 bilhões, dos quais R\$ 570,4 milhões para Pernambuco e R\$ 1,7 bilhão para as demais Unidades Federativas. Os principais destinos dos insumos intermediários provenientes da agropecuária foram São Paulo (R\$ 836,9 milhões), Paraná (R\$ 193,2 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 123,3 milhões), Santa Catarina (R\$ 93,9 milhões) e Minas Gerais (R\$ 66,3 milhões).

Verifica-se, portanto, que o setor produtivo de Pernambuco tem conexões comerciais mais expressivas com Estados do Sudeste, Nordeste e Sul em comparação com os Estados das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Tabela 3 – Destino das vendas de insumos intermediários por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária		%	Indústria		%	Serviços		%	Total		%
		Valor			Valor			Valor			Valor		
Nordeste		809,7	35,0	12.189,0	60,6	18.100,5	84,4	31.099,2	70,9				
	AL	64,5	2,8	276,8	1,4	138,2	0,6	479,5	1,1				
	BA	60,0	2,6	1.240,0	6,2	326,7	1,5	1.626,8	3,7				
	CE	31,4	1,4	540,0	2,7	216,6	1,0	788,0	1,8				
	MA	3,6	0,2	156,3	0,8	25,2	0,1	185,1	0,4				
	PB	36,1	1,6	355,5	1,8	315,6	1,5	707,1	1,6				
Sudeste	PE	570,4	24,6	9.171,3	45,6	16.689,3	77,9	26.431,0	60,3				
	PI	6,6	0,3	79,3	0,4	34,0	0,2	119,9	0,3				
	SE	7,9	0,3	121,3	0,6	132,6	0,6	261,9	0,6				
	RN	29,2	1,3	248,3	1,2	222,5	1,0	500,0	1,1				
		927,2	40,1	4.831,0	24,0	2.322,9	10,8	8.081,2	18,4				
	ES	6,7	0,3	207,2	1,0	112,1	0,5	326,0	0,7				
	MG	66,3	2,9	649,8	3,2	154,4	0,7	870,5	2,0				
	RJ	17,2	0,7	648,3	3,2	977,5	4,6	1.643,0	3,7				
	SP	836,9	36,2	3.325,7	16,5	1.079,0	5,0	5.241,7	12,0				

continua...

Norte		23,0	1,0	659,2	3,3	260,4	1,2	942,6	2,1
	AC	0,6	0,0	18,4	0,1	2,6	0,0	21,7	0,0
	AP	0,7	0,0	16,7	0,1	3,0	0,0	20,3	0,0
	AM	5,2	0,2	270,3	1,3	182,8	0,9	458,4	1,0
	PA	10,5	0,5	239,9	1,2	34,0	0,2	284,4	0,6
	RO	2,9	0,1	44,1	0,2	12,6	0,1	59,6	0,1
	RR	0,4	0,0	13,0	0,1	2,6	0,0	16,0	0,0
	TO	2,8	0,1	56,8	0,3	22,7	0,1	82,2	0,2
Centro-Oeste		144,2	6,2	1.072,7	5,3	387,2	1,8	1.604,1	3,7
	DF	8,9	0,4	611,1	3,0	244,1	1,1	864,2	2,0
	GO	35,4	1,5	193,3	1,0	35,6	0,2	264,3	0,6
	MT	49,6	2,1	135,2	0,7	77,4	0,4	262,2	0,6
	MS	50,2	2,2	133,2	0,7	30,0	0,1	213,4	0,5
Sul		410,5	17,7	1.349,5	6,7	366,5	1,7	2.126,5	4,8
	PR	193,2	8,3	481,6	2,4	102,1	0,5	776,9	1,8
	SC	93,9	4,1	232,2	1,2	71,1	0,3	397,3	0,9
	RS	123,3	5,3	635,7	3,2	193,3	0,9	952,3	2,2
Total		2.314,6	100,0	20.101,4	100,0	21.437,5	100,0	43.853,5	100,0

Fonte: BNB/ETENE.

Considerando o detalhamento de 82 setores gerado pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, constata-se que apenas 15 segmentos são responsáveis por 68,1% ou R\$ 29,9 bilhões das vendas pernambucanas de insumos intermediários. Os demais 67 setores responderam por R\$ 14,0 bilhões do restante das vendas (Tabela 4). As 15 atividades especificadas na Tabela 4 venderam R\$ 20,1 bilhões em Pernambuco e R\$ 9,8 bilhões para as demais Unidades Federativas.

Tabela 4 – Principais setores fornecedores de insumos intermediários - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Comércio atacadista	4.375,1	10,0	10,0
2	Serviços prestados às empresas	4.096,8	9,3	19,3
3	Intermediação financeira e seguros	3.190,7	7,3	26,6
4	Serviços de informação	2.582,7	5,9	32,5
5	Transporte de carga e correios	2.486,6	5,7	38,2
6	Serviços imobiliários e aluguel	1.948,3	4,4	42,6
7	Água, esgoto e serviços de limpeza urbana	1.726,7	3,9	46,5
8	Distribuição de energia elétrica	1.304,0	3,0	49,5
9	Artigos de borracha e plásticos	1.303,2	3,0	52,5
10	Bebidas	1.299,8	3,0	55,4
11	Outros produtos de minerais não-metálicos	1.232,0	2,8	58,3
12	Gás encanado	1.227,9	2,8	61,1
13	Fabricação de açúcar	1.090,5	2,5	63,5
14	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.059,7	2,4	66,0
15	Construção	946,2	2,2	68,1
16	Demais 67 setores	13.983,2	31,9	100,0
	Total	43.853,5	100,0	

Fonte: BNB/ETENE.

Desses quinze setores, nove são atividades relacionadas com a indústria, seis pertencem aos serviços e nenhum faz parte da agropecuária. As atividades da indústria são água, esgoto e serviço de limpeza urbana, distribuição de energia elétrica, artigos de borracha e plásticos, bebidas, outros produtos de minerais não metálicos, gás encanado, fabricação de açúcar, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e construção, que em conjunto foram responsáveis por 25,5% ou R\$ 11,2 bilhões das vendas intermediárias de Pernambuco.

A economia pernambucana apresentou resultado positivo de R\$ 0,2 bilhão no relacionamento comercial com as demais unidades federativas do País em 2009. O Estado mostrou-se superavitário em relação às regiões Nordeste e Centro-Oeste. Porém, apresentou déficit em relação ao Sudeste e ao Sul, ocorrendo um equilíbrio com o Norte.

A indústria representou o setor que mais realizou compras e vendas, seguido dos serviços e da agropecuária. Agropecuária e indústria apresentaram superávit enquanto que os serviços registraram déficit.

Administração pública, construção civil e fabricação de açúcar se constituíram em importantes compradores. No lado das vendas, cabe destacar comércio atacadista, serviços prestados às empresas e intermediação financeira.

Apesar das recentes transformações socioeconômicas, a exemplo da expansão da fruticultura, indústrias petroquímica, automotiva e naval, modernos setores comerciais e de serviços, a análise do fluxo comercial interestadual e da agregação de valor permitem concluir que a base econômica de Pernambuco necessita ser fortalecida nos três setores econômicos.

Parte da produção agropecuária ainda se destina ao autoconsumo e subsistência, enquanto que a indústria ainda é formada por segmentos tradicionais. A administração pública e o comércio são preponderantes no setor de serviços.

As principais atividades dos serviços, explicitadas na Tabela 4, por sua vez, responderam por 42,6% ou R\$ 18,7 bilhões das vendas, isto é, comércio atacadista, serviços prestados às empresas, intermediação financeira e seguros, serviços de informação, transporte de carga e correios e serviços imobiliários e aluguel.

8.3 Balanço das compras e vendas

As compras interestaduais de Pernambuco com insumos intermediários somaram R\$ 17,2 bilhões, enquanto que as vendas interestaduais totalizaram R\$ 17,4 bilhões, implicando saldo comercial com as demais Unidades Federativas de R\$ 0,2 bilhão em 2009.

É importante ressaltar que os resultados referem-se à movimentação (compras e vendas) de insumos intermediários. Pernambuco produz e vende bens finais, que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, também registrada na Matriz de Insumo-Produto, mas não analisada aqui. Além disso, as famílias, empresas e o setor público de Pernambuco adquirem bens finais provenientes de outras Unidades Federativas.

Portanto, a economia pernambucana apresentou resultado positivo no relacionamento comercial com as demais Unidades Federativas do País. O Estado mostrou-se superavitário em relação às regiões Nordeste (R\$ 1,4 bilhão de saldo) e Centro-Oeste (R\$ 0,7 bilhão), deficitário em relação ao Sudeste (- R\$ 1,6 bilhão) e Sul (- R\$ 0,3 bilhão), ocorrendo um equilíbrio nas relações comerciais com o Norte.

Os serviços venderam R\$ 4,7 bilhões, e compraram R\$ 6,5 bilhões de outras Unidades Federativas, implicando um déficit de R\$ 1,8 bilhão. A indústria apresentou superávit de R\$ 1,2 bilhão ao Estado, resultado das vendas de R\$ 11,0 bilhões e compras de R\$ 9,8 bilhões. A agropecuária também obteve um resultado superavitário, com R\$ 0,8 bilhão, pois vendeu R\$ 1,7 bilhão e adquiriu R\$ 0,9 bilhão.

Assim, os resultados positivos da indústria e da agropecuária foram suficientes para cobrir o déficit apresentado pelo setor de serviços, ocasionando um saldo comercial positivo de R\$ 0,2 bilhão. É possível concluir que o setor produtivo pernambucano é um importante fornecedor de insumos intermediários para diferentes segmentos produtivos do País.

8.4 Análise da agregação de valor

A presente seção traz algumas considerações sobre a agregação de valor na economia pernambucana. Inicialmente, é importante esclarecer alguns conceitos. O valor da produção de um determinado setor diz respeito ao preço de mercado do bem ou serviço gerado multiplicado pela quantidade produzida. O valor adicionado refere-se ao valor da produção subtraído pelo consumo intermediário, ou seja, o valor adicionado é o valor da produção retirando-se

os bens e serviços que foram adquiridos de outros setores e que foram utilizados no processo produtivo.

O pessoal ocupado abrange todos aqueles que trabalham na atividade, incluindo proprietários e sócios, pessoas da família que exercem algum ofício na empresa sem remuneração, inclusive a mão de obra informal, isto é, sem carteira de trabalho assinada.

Analisando-se a Tabela 5 verifica-se que o setor de serviços é preponderante na economia pernambucana tanto em termos de geração de ICMS como de remunerações, valor adicionado, valor da produção e pessoal ocupado. A indústria detém o segundo posto quanto aos itens citados anteriormente, exclusive pessoal ocupado, enquanto que a agropecuária é o segundo setor no que se refere a pessoal ocupado e o terceiro quanto aos outros itens mencionados anteriormente.

A relação valor adicionado/valor da produção é mais expressiva na agropecuária (65,44%), pois esse setor adquire menor quantidade de insumos em comparação com os demais segmentos. Os serviços e a indústria ocupam o segundo e terceiro postos nesse indicador, respectivamente.

Os serviços tem a maior relação remuneração/valor adicionado, vindo a seguir a indústria e a agropecuária. Quanto à relação valor adicionado/pessoal ocupado, a indústria (R\$ 25.613,43) apresentou o maior valor, acompanhada pelo setor de serviços (R\$ 21.419,06), estando o indicador da agropecuária distante dos demais (R\$ 2.965,08).

Tabela 5 – Valor Adicionado e Valor da Produção por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Indicadores	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviço		Total
						%	
ICMS (R\$ milhões)	88,61	2,95	1.375,70	45,81	1.538,67	51,24	3.002,98
Remunerações (R\$ milhões)	1.029,82	2,85	6.721,96	18,59	28.401,90	78,56	36.153,68
Valor Adicionado	3.225,46	4,85	14.444,63	21,74	48.773,64	73,41	66.443,72
Valor da Produção	4.928,94	4,08	41.164,59	34,08	74.707,53	61,84	120.801,06
Pessoal Ocupado	1.087.813	27,69	563.948	14,35	2.277.113	57,96	3.928.874
Valor Adicionado/Valor da Produção (%)	65,44		35,09		65,29		55,00
Remunerações/Valor Adicionado (%)	31,93		46,54		58,23		54,41
Valor Adicionado/Pessoal Ocupado	2.965,08		25.613,43		21.419,06		16.911,65

Fonte: BNB/ETENE.

Finalmente, a Tabela 6 apresenta as quinze atividades que mais geram pessoal ocupado e valor adicionado. A agropecuária, o comércio, a construção civil e os serviços empregam significativo contingente de pessoas o mesmo ocorrendo com a geração de valor adicionado.

Tabela 6 – Principais atividades geradoras de pessoal ocupado (número) e Valor Adicionado - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Atividades	Pessoal ocupado	Atividades	Valor adicionado
Comércios varejista	450.273	Administração pública e seguridade social	9.682,94
Outras culturas/ extrativismo vegetal	440.980	Serviços imobiliários e aluguel	5.695,08
Fruticultura	306.395	Comércio atacadista	4.395,78
Serviços domésticos	261.142	Educação pública	4.272,77
Construção	231.352	Comércios varejista	4.216,40
Administração pública e seguridade social	211.249	Construção	3.917,51
Comércio atacadista	191.945	Serviços prestados às empresas	3.604,97
Outros serviços	191.114	Intermediação financeira e seguros	3.528,05
Serviços prestados às empresas	184.061	Saúde pública	2.635,65
Educação pública	161.063	Transporte de carga e correios	1.550,92
Serviços de alimentação	129.300	Outros serviços	1.510,91
Aves	114.805	Água, esgoto e serviços de limpeza urbana	1.487,73
Cana-de-açúcar	110.926	Serviços de informação	1.468,37
Transporte de carga e correios	94.339	Transporte de passageiros	1.323,45
Saúde pública	65.750	Saúde mercantil	1.287,81

Fonte: BNB/ETENE.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste**. Fortaleza, 2014.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo produto do nordeste e Estados: metodologia e resultados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

9 Turismo

Airton Saboya Valente Junior

Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico

Iara Amaral Lourenço

Graduanda em Economia. Bolsista de Nível Superior

Pernambuco vem implantando políticas de fomento ao turismo objetivando fortalecer e desenvolver ações dirigidas à geração de renda e empregos. Nesse sentido, o Estado tem buscado valorizar, conservar e promover o patrimônio natural, histórico e cultural, qualificar profissionais e produtos turísticos, diversificar a oferta e estruturar destinos e segmentos. Assim, Pernambuco conta com quatro polos destacados de turismo, a saber: Recife-Olinda, o litoral, o agreste e o sertão, brevemente descritos em seguida (PERNAMBUCO, 2014).

Recife é uma metrópole contemporânea constituindo-se em importante centro cultural e de lazer, de negócios e de serviços do Nordeste. A cidade oferece rico patrimônio histórico e de monumentos além de modernas edificações. Conta ainda com paisagens de rios e pontes, inclusive a urbanizada praia de Boa Viagem.

A capital pernambucana dispõe de infraestrutura receptiva, com hotéis, bares e restaurantes, centros de lazer noturno, agências de viagens, aeroporto internacional, porto, terminal rodoviário integrado, *shopping centers*, centro de eventos e praças esportivas além de uma série de outros equipamentos e serviços para atender ao visitante.

O Recife Antigo constitui-se no bairro mais tradicional da capital pernambucana onde se encontra o marco zero da cidade. O bairro foi transformado, através de um programa gradual de revitalização urbana, em um dos principais polos de lazer e cultura da cidade. Vários imóveis foram restaurados, e hoje são utilizados para fins culturais, empresariais e comerciais. O local oferece bares, restaurantes, boates e feira de artesanato para os turistas. A inauguração do terminal de passageiros do porto do Recife está

desencadeando a transformação de antigos armazéns em locais de ócio (PERNAMBUCO, 2014).

A cidade de Olinda é uma das principais atrações da área metropolitana. Constitui-se em um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos do País, tendo inclusive recebido o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A arquitetura colonial, os antigos casarios e ladeiras formam o patrimônio histórico e cultural do município. O Frevo e o Maracatu são danças regionais características das festas carnavalescas que têm Olinda e Recife como pontos tradicionais do Brasil.

Com seus 187 km de extensão, o litoral pernambucano é um dos mais atraentes do Nordeste possuindo desde praias urbanizadas a locais ainda preservados, onde o turista pode desfrutar de ócio, esportes e de uma diversificada culinária. O litoral norte contempla a Ilha de Itamaracá, com diferentes opções de lazer, além das praias Maria Farinha e Itapissuma, que são polos náuticos. O litoral sul oferece as praias de Gaibu e Macaraúpe, onde se pratica o *surf*, Calheta e Serrambi, que são procuradas para a prática do mergulho submarino, além de lugares preservados como Muro Alto e Paiva ou alternativamente a movimentada Tamandaré (PERNAMBUCO, 2014).

O Estado possui ainda o arquipélago de Fernando de Noronha, declarado patrimônio da humanidade pelas Nações Unidas, por abrigar diversas espécies marinhas, algumas ameaçadas de extinção. Em função disso, o fluxo turístico é controlado ao local. Além das paisagens naturais, o arquipélago oferece oportunidades de se praticar mergulho submarino e *surf*.

O polo do Agreste, por sua vez, contempla a cidade de Bonito, que possui oito quedas d'água que variam de 2 a 30 metros de altura, proporcionando opções de ecoturismo e esportes radicais, a exemplo de trilhas, arvorismos, *trekkings* e rapel. Também, no agreste pernambucano as cidades serranas de Garanhuns e Gravatá atraem visitantes, especialmente no inverno, em função das baixas temperaturas, dos festivais culturais, da gastronomia, além das atividades que caracterizam a vida no campo.

O agreste tem ainda a cidade de Caruaru e sua popular feira, considerada patrimônio imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em função da oferta de produtos locais e artesanato típico da Região. O Teatro de Nova Jerusalém, localizado no município de Brejo da Madre de Deus, possui cenários que buscam representar uma reconstrução parcial da cidade de Jerusalém nos tempos em que viveu Jesus. Anualmente, durante a Páscoa, realiza-se o popular espetáculo “Paixão de Cristo de Nova Jerusalém”. Participam dessa encenação cerca de 500 pessoas, no que é considerado o maior teatro a céu aberto do mundo, pois conta com lagos artificiais, nove palcos, uma muralha de 3.500 m e 70 torres (PERNAMBUCO, 2014).

O polo do sertão oferece a cidade de Triunfo, a 1.004 metros de altitude, que possui um microclima diferenciado, além de festivais invernais de dança, teatro e cinema. O Vale do São Francisco, por sua vez, proporciona a rota do vinho, passeio turístico onde os visitantes podem conhecer vinhos tropicais, visitar propriedades agrícolas e vinícolas, além de degustar as bebidas acompanhadas da culinária sertaneja, a exemplo da carne de ovino ou de caprino além dos queijos maturados localmente, como o de manteiga.

Considerando o patrimônio natural, histórico e cultural anteriormente especificado, a oferta hoteleira estadual tem se expandido, tendo alcançado 240 meios de hospedagem, 12.443 unidades habitacionais e 30.006 leitos em 2013. O número de restaurantes, bares e cafeterias também aumentou, além da oferta de locadoras de veículos e transportadoras turísticas (BRASIL, 2014).

Por sua vez, o desembarque de passageiros nos aeroportos é utilizado como uma *proxy* para se determinar o fluxo turístico. Nesse sentido, a expansão da demanda turística ocorrida no Nordeste beneficiou Pernambuco. Assim é que o número de passageiros desembarcados em voos nacionais na Região saltou de 5,4 milhões, em 2003, para 16,0 milhões, em 2013, representando um acréscimo de 192,8% no período (Tabelas 1 e 2). O Nordeste obteve cerca de 18,0% do total de passageiros de voos nacionais em 2013.

Tabela 1 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Pernambuco e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Pernambuco	1.234.461	1.116.404	118.057	1.456.288	1.341.033	115.255
Internacional de Recife-Guararapes / Gilberto Freyre	1.193.577	1.091.002	102.575	1.415.600	1.315.277	100.323
Petrolina / Senador Nilo Coelho	40.884	25.402	15.482	40.688	25.756	14.932
Nordeste	4.931.449	4.316.191	615.258	5.476.364	4.846.208	630.156

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Especificamente em Pernambuco, o fluxo de passageiros desembarcados procedentes de voos nacionais saltou de 1,4 milhão, em 2003, para 3,6 milhões em 2013, o que significou um incremento de 148,0% no período (Tabelas 1 e 2).

Tabela 2 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Pernambuco e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Pernambuco	3.436.414	3.341.346	95.068	3.611.964	3.547.414	64.550
Internacional de Recife-Guararapes / Gilberto Freyre	3.200.163	3.106.355	93.808	3.374.744	3.311.275	63.469
Petrolina / Senador Nilo Coelho	236.251	234.991	1.260	237.220	236.139	1.081
Nordeste	16.157.907	15.683.767	474.140	16.033.800	15.635.891	397.909

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Em termos de Nordeste, o incremento do desembarque de passageiros procedentes de voos internacionais também foi expressivo, saltando de 266 mil em 2003 para 436 mil em 2013 (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Pernambuco e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Pernambuco	63.855	55.887	7.968	59.591	51.501	8.090
Internacional de Recife-Guararapes / Gilberto Freyre	63.829	55.887	7.942	59.563	51.501	8.062
Petrolina / Senador Nilo Coelho	26	-	26	28	-	28
Nordeste	276.049	166.259	109.790	265.971	155.966	110.005

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Em Pernambuco os passageiros procedentes de voos internacionais aumentou de 59,5 mil em 2003 para 126,3 mil em 2013, representando incremento de 116,5% nesse período (Tabelas 3 e 4).

Tabela 4 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Pernambuco e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Pernambuco	133.144	129.688	3.456	129.033	126.324	2.709
Internacional de Recife-Guararapes / Gilberto Freyre	133.143	129.688	3.455	129.023	126.324	2.699
Petrolina / Senador Nilo Coelho	1	-	1	10	-	10
Nordeste	450.354	422.736	27.618	436.060	412.050	24.010

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

A realização da Copa das Confederações em 2013 e da Copa 2014 no Brasil, tendo sido Recife uma das sedes das duas competições, proporcionou uma ampla divulgação da capital pernambucana no Brasil e no exterior. Os megaeventos impulsionaram a realização de investimentos em infraestruturas de mobilidade urbana, a revitalização de bairros, a construção de equipamentos de esporte e lazer, a exemplo da Arena Cidade da Copa, a modernização do aeroporto de Recife, a edificação de um terminal de passageiros no porto da capital, além de inversões na rede hoteleira, nas áreas de telecomunicações, em saúde e segurança pública. O setor turístico do Estado está sendo beneficiado com esse conjunto de ações e investimentos, de forma que os fluxos de visitantes deverão se expandir nos próximos anos.

A Copa 2014 em Recife

Recife foi beneficiada por um conjunto de obras por ocasião da Copa 2014, a exemplo de intervenções em mobilidade urbana, a construção da Arena Pernambuco e melhorias no porto e seu entorno. O conjunto dessas obras deverá trazer impactos positivos para o turismo.

A cidade de Recife recebeu diferentes projetos de mobilidade urbana englobando uma via expressa, um sistema rápido de ônibus, um corredor exclusivo para ônibus além de obras no metrô. Os projetos de mobilidade urbana foram destinados para melhorar o transporte coletivo entre o aeroporto e as áreas de hospedagem e de lazer, além de otimizar os acessos à Arena Pernambuco. Por isso, a prioridade foi estabelecida para os serviços relacionados com o setor turístico. A população local deverá ser beneficiada com as melhorias implementadas. Os investimentos em mobilidade urbana somaram R\$ 1,0 bilhão.

A Arena Pernambuco é um projeto novo localizado em São Lourenço da Mata, na região metropolitana, a 19 km do centro de Recife. Inclui estacionamento e várias ações que estão sendo planejados para o entorno do estádio. O projeto é visto como um impulso econômico para a expansão do Recife, em uma região considerada desfavorecida. O equipamento sediou três jogos da Copa das Confederações de 2013 e cinco jogos da Copa do Mundo de 2014, devendo ser destinado para outros fins. Os investimentos totalizaram R\$ 532,6 milhões.

A Arena, que tem capacidade para 46 mil espectadores, foi inaugurada em 2013. A exemplo de outros equipamentos do Nordeste, representa uma iniciativa do Governo Estadual, através de uma parceria público-privada, com financiamento dos bancos públicos.

O Consórcio Cidade da Copa, que engloba as empresas Odebrecht, Internacional Stadia Group-ISG e AEG Facilities, foi responsável pela construção devendo gerenciar o estádio por um período de 30 anos. O consórcio transferiu o nome do equipamento para uma cervejaria através de um contrato de direitos de nome (*namings rights*).

O Porto de Recife ganhou um novo terminal de passageiros construído com o orçamento da Copa 2014. Assim, o antigo armazém 7 passou por reformas internas sendo que a estrutura externa permaneceu. O primeiro andar do armazém possui lojas, um café e um balcão de turismo. O edifício abriga as mesas de *check-ins*, agências de viagens, salas de conferências e escritórios destinados para os órgãos de fiscalização do Governo. Os investimentos somaram R\$ 28,1 milhões. A previsão é que a temporada de cruzeiros possa receber cerca de 60 navios com 100 mil passageiros no terminal.

Fonte: Portal da Copa.

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estatísticas básicas do turismo**. Brasília, DF, ago. 2014. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/>. Acesso em: 15 dez. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Movimento operacional da Rede Infraero**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Turismo em Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/conheca/turismo/>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

PORTAL da Copa. Site do Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014. Serviços: Recife. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/servicos/recife>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

10 Comércio exterior

Laura Lúcia Ramos Freire
Economista. Mestre em Economia

As vendas externas de Pernambuco alcançaram US\$ 1.991,5 milhões em 2013, participando com 11,5% da receita total de exportação da Região Nordeste. Referido desempenho foi impulsionado pelas transformações estruturais atualmente em curso na economia pernambucana.

Assim é que os maciços investimentos realizados em infraestrutura e no setor industrial estão possibilitando que o Estado diversifique sua base produtiva, a exemplo da indústria naval, tornando-se inclusive fornecedor de plataformas flutuantes de perfuração e exploração de petróleo. Um desses equipamentos foi exportado em 2013, no valor de US\$ 1.154,9 milhões, correspondendo a 58,0% das exportações pernambucanas naquele ano. A plataforma P62, segundo a Petrobrás (2013), tem capacidade diária para produzir 180 mil barris de petróleo e seis milhões de metros cúbicos de gás.

A análise das exportações por fator agregado, portanto, revela a alta participação das vendas de produtos manufaturados em 2013. Os produtos básicos que contribuíram com 17,1% das exportações em 2000 passaram a representar 7,2% em 2013 (Tabela 1).

Tabela 1 – Exportação por fator agregado - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

Exportação por fator agregado	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	48.579	17,1	143.187	7,2	194,8
Industrializados	224.915	79,1	1.791.552	90,0	696,5
Semimanufaturados	78.945	27,8	152.000	7,6	92,5
Manufaturados	145.970	51,4	1.639.552	82,3	1023,2
Op. especiais	10.753	3,8	56.792	2,9	428,2
Total	284.248	100,0	1.991.531	100,0	600,6

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

O setor sucroalcooleiro, tradicional no Estado, através da exportação dos produtos outros açúcares de cana, beterraba, sacarose química, participou com 11,4% das exportações pernambucanas em 2013. Entretanto, o segmento tem enfrentado algumas dificuldades como a longa estiagem enfrentada pelo Estado nos últimos anos, o aumento dos custos de produção, a queda do preço internacional das *commodities* e a entrada de novos competidores no mercado mundial.

O ácido tereftálico, produto que começou a ser exportado em 2013 pela Petroquímica Suape, é utilizado para produzir poliéster têxtil, resinas PET, filmes fotográficos e embalagens e já desponta como um dos principais itens da pauta exportadora do Estado.

Tabela 2 – Principais produtos exportados - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Açúcar de cana, em bruto	56.910	20,04	Plataformas de perfuracao/ exploracao, flutuante	1.154.914	57,99
Outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose quim. pura, sol.	16.790	5,91	Outros açúcares de cana	122.232	6,14
Goiabas, mangas e mangostoes, frescos ou secos	15.310	5,39	Outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose química	104.627	5,25
Camarões congelados	13.293	4,68	Acido tereftalico e seus sais	100.537	5,05
Acetato de vinila	13.250	4,67	Uvas frescas	73.018	3,67
Lagostas (palinurus, panulirus e jасus) congeladas	11.741	4,13	Tereftalato de polietileno em forma primaria	50.972	2,56
Canhões eletrônicos p/tubos catódicos	11.461	4,04	Consumo de bordo - combustiveis e lubrif.p/ae	41.498	2,08
Outras resistências elétricas fixas	10.932	3,85	Mangas frescas ou secas	41.037	2,06
Borracha de butadieno, em chapas, folhas, etc.	9.916	3,49	Outros acumuladores elet de chumbo	35.720	1,79
Consumo de bordo - combustiveis e lubrif. p/aeronaves	9.289	3,27	Outras chapas, etc. de outras plasticos	27.014	1,36
Demais produtos	115.356	40,58	Demais produtos	239.961	12,05
Total	284.248	100,00	Total	1.991.531	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Além do Panamá, onde foi registrada a compra da plataforma P62, os principais países de destinos das vendas pernambucanas foram Argentina (6,9%), Estados Unidos (4,6%) e Holanda (3,3%). As principais exportadoras do Estado em 2013 foram CCI Construções Offshore, Companhia Petroquímica de Pernambuco e Terphane Ltda. (Tabela 3).

Tabela 3 – Principais países de destino das exportações - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Estados Unidos	80.809	28,46	Panamá	1.171.302	58,81
Argentina	33.570	11,82	Argentina	137.017	6,88
Rússia	25.870	9,11	Estados Unidos	90.834	4,56
Países Baixos (Holanda)	24.744	8,71	Países Baixos (Holanda)	66.413	3,33
Espanha	14.128	4,98	Venezuela	53.339	2,68
Bélgica - Luxemburgo	11.823	4,16	Provisão de navios e aeronaves	48.956	2,46
Nigéria	11.163	3,93	Líbia	42.535	2,14
Provisão de navios e aeronaves	9.655	3,4	Portugal	34.211	1,72
Chile	8.047	2,83	Reino Unido	31.090	1,56
Alemanha	7.865	2,77	Espanha	24.627	1,24
Demais Países	56.573	19,90	Demais Países	291.209	14,62
Total	284.248	100,00	Total	1.991.531	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Segundo as categorias de uso, as compras externas pernambucanas estão distribuídas, principalmente, em combustíveis e lubrificantes (43,3%) e em bens intermediários (32,1%) com destaque para os insumos industriais (25,6%) (Tabela 4).

Tabela 4 – Importação por categoria de uso - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

Importação por categoria de uso	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	103.989	11,08	1.014.720	14,87	875,8
Bens intermediários	383.364	40,84	2.190.245	32,09	471,3
Bens de consumo	80.322	8,56	662.683	9,71	725,0
Bens de consumo duráveis	2.714	0,29	252.983	3,71	9.223,1
Bens de consumo não duráveis	77.609	8,27	409.700	6,00	427,9
Combustíveis e lubrificantes	371.081	39,53	2.956.626	43,33	696,8
Total	938.757	330,3	6.824.611	342,7	627,0

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Os destaques nas importações foram os combustíveis mine-rais e produtos químicos orgânicos seguidos por ácido tereftálico e seus sais (6,4%) e trigos e misturas de trigo com centeio (3,0%) (Tabela 5).

Tendo em vista a compra de combustíveis, a Petrobrás (42,9%) tornou-se a maior empresa importadora do Estado seguida da M&G Polimeros do Brasil S.A. (7,3%) e da Cisa Trading S.A. em 2013.

Tabela 5 – Principais produtos importados - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Gasóleo (óleo diesel)	126.340	13,46	Gasoleo (oleo diesel)	1.173.917	17,2
Butanos liquefeitos	124.751	13,29	Outros propanos liquefeitos	672.017	9,85
Propano em bruto,liquefeito	60.654	6,46	Outras gasolinas, exceto para aviação	621.440	9,11
Trigo (exc. trigo duro ou p/ semeadura),e trigo c/centeio	52.160	5,56	Acido tereftalico e seus sais	434.758	6,37
Milho em grão, exceto para semeadura	38.392	4,09	Querosenes de aviação	246.170	3,61
Querosenes de aviação	36.998	3,94	Out. trigos e misturas de trigo c/centeio, exc	204.847	3
Chapas de ligas alumínio, .2<e<=0.3mm,>=1468mm, envern.	36.103	3,85	Butanos liquefeitos	118.733	1,74
Óleo de soja,em bruto,mesmo degomado	24.098	2,57	Etilenoglicol (etanodiol)	104.825	1,54
Gás liquefeito de petróleo (glp)	21.697	2,31	Gas liquefeito de petroleo (glp)	94.807	1,39
Outras partes p/tubos catódicos	19.575	2,09	P-xileno	87.864	1,29
Demais produtos	397.989	42,40	Demais produtos	3.065.234	44,91
Total	938.757	100,00	Total	6.824.611	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Estados Unidos (31,9%), China (9,5%) e Argentina (7,9%) foram os principais países de origem das importações pernambucanas em 2013 (Tabela 6).

Tabela 6 – Principais países de origem das importações - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

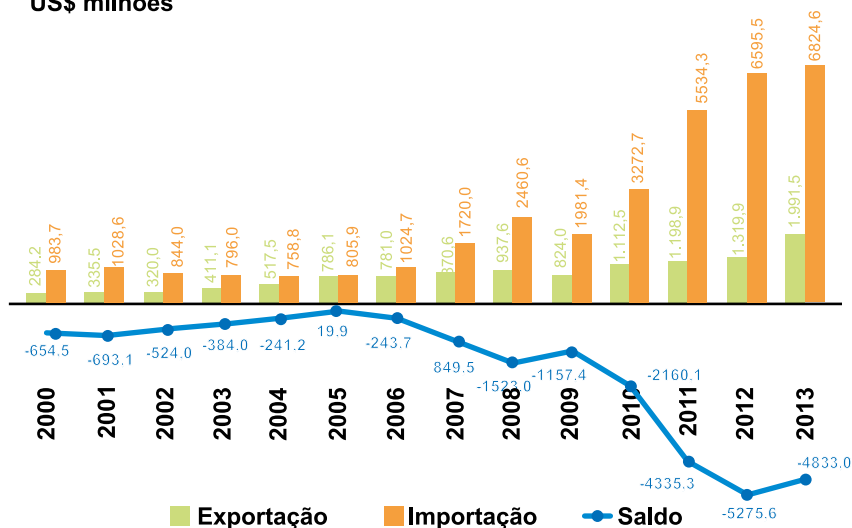
2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Argentina	192.584	20,52	Estados Unidos	2.181.359	31,97
Estados Unidos	141.699	15,09	China	650.284	9,53
Venezuela	114.072	12,15	Argentina	541.969	7,94
Argélia	50.943	5,43	México	440.132	6,45
Reino Unido	43.190	4,6	Antilhas Holandesas	317.442	4,65
Arábia Saudita	34.234	3,65	Cuietê (Kuweit)	245.701	3,6
Alemanha	33.599	3,58	Países Baixos (Holanda)	211.676	3,1
França	26.073	2,78	Itália	203.242	2,98
Nigéria	23.130	2,46	Alemanha	191.736	2,81
Canadá	20.396	2,17	Finlândia	148.616	2,18
Demais Países	258.838	27,57	Demais Países	1.692.455	24,80
Total	938.757	100,00	Total	6.824.611	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

O Gráfico 1 apresenta a evolução das exportações e importações bem como o saldo da balança comercial de Pernambuco. Observa-se que a Balança Comercial do Estado vem apresentando *déficits* crescentes, devido, principalmente, às importações de combustíveis para suprir a demanda interna e a compra de matéria-prima para a indústria petroquímica.

Gráfico 1 – Balança Comercial - 2000 a 2013

US\$ milhões



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

A implantação do Complexo Portuário Industrial de Suape, estruturado como polo petroquímico, naval e *offshore*, está modificando o perfil econômico e o comércio exterior do Estado que busca, também, consolidar a Região, como novo centro automobilístico e industrial do País.

A Refinaria Abreu e Lima, outro empreendimento de grande porte no Estado, é a primeira do Brasil projetada para processar petróleo pesado, tornando o País grande exportador desse produto, além de produzir derivados de petróleo como GLP, nafta e diesel, reduzindo a sua importação.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial**: Unidades da Federação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

PETROBRAS. **Concluídas obras da P-62**. 17 de dez. 2013. Disponível em: <<http://fatosedados.blogspotpetrobras.com.br/2013/12/17/concluidas-obras-da-p-62/>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

11 Infraestrutura

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Engenheiro Civil. Doutor em Administração

A presente análise enfatiza a disponibilidade de infraestrutura em Pernambuco, especialmente nos aspectos com maior impacto nos empreendimentos produtivos e no desenvolvimento econômico do Estado. Assim sendo, são comentados com maiores detalhes a infraestrutura de transportes e a infraestrutura energética. Parte das informações relatadas foi baseada em estudos sobre infraestrutura recentemente realizados: Projeto Nordeste Competitivo (CNI, 2012) e o Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (PRODEPRO) elaborado pelo BNB e BID (2014).

11.1 Infraestrutura de transportes

Pernambuco tem o território cortado por catorze rodovias federais, sendo as principais a BR-101, BR-116, BR-122, BR-232, BR-316 e BR-428. Algumas rodovias federais foram concedidas ao estado de Pernambuco, para facilitar a contratação de serviços de duplicação e manutenção. As rodovias estaduais possuem um papel complementar à malha federal, com destaque para as rodovias PE-009 e PE-060, que ligam a capital ao litoral Sul. A rede rodoviária de Pernambuco possui um total de 44,28 mil km, incluindo os trechos planejados, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Rede do Sistema Nacional de Viação em Pernambuco

	Planejado	Rede não pavimentada					Rede pavimentada				Total
		Leito natural	Em obras Implantação	Implantada	Em obras pavimentação	Subtotal	Pista simples	Em obras duplicação	Pista dupla	Subtotal	
Federal	297,10	7,00	0,00	95,40	0,00	102,40	2.048,60	130,20	325,00	2.503,80	2.903,30
Estadual Coincidente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,50	0,00	0,00	84,50	84,50
Estadual	223,40	1.590,10	0,00	744,20	0,00	2.334,30	3.711,90	0,00	104,40	3.816,30	6.374,00
Municipal	0,00	33.086,20	0,00	1.408,90	0,00	34.495,10	507,40	0,00	0,00	507,40	35.002,50
Total	520,50	34.683,30	0,00	2.248,50	0,00	36.931,80	6.267,90	130,20	429,40	6.827,50	44.279,80

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do DNIT (2014).

De acordo com a pesquisa de rodovias da Confederação Nacional dos Transportes (CNT, 2014), que avaliou uma extensão de 3.107 km das principais rodovias do Estado, com predominância das rodovias federais (2.491 km), 28,7% das rodovias pesquisadas encontram-se em estado geral bom ou ótimo, 48,8% em situação regular e 30,5% consideradas ruim ou péssima, considerando a pavimentação, geometria da via e sinalização. Trata-se de uma situação relativamente inferior em comparação à média do Nordeste.

Entre os principais gargalos rodoviários de Pernambuco, pode-se destacar a necessidade de conclusão dos poucos trechos que restam da duplicação da BR-101, construção do arco rodoviário metropolitano, duplicação da BR-104 entre Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe e adequação até a divisa PE/PB e duplicação da BR-408 entre Carpina e o entroncamento com a BR-232, estando todas essas obras em execução ou previstas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Adicionalmente, destaca-se a necessidade de pavimentação da BR-110 entre Ibimirim e o entroncamento com a BR-316.

No transporte ferroviário, Pernambuco possui 926 km de malha sob responsabilidade da concessionária Transnordestina Logística (TNL), que cruza o Estado no sentido Norte-Sul entre as fronteiras com a Paraíba e Alagoas, bem como no sentido Leste-Oeste, ligando a capital ao município de Salgueiro. Entretanto, esses trechos da malha da TNL não vêm sendo utilizados de forma regular. O trecho Leste-Oeste está sendo substituído pela Nova Transnordestina, que propiciará a ligação do município de Eliseu Martins-PI aos portos de Pecém-CE e Suape-PE. Tal projeto é fundamental para diminuir os custos logísticos na Região e, no caso específico de Pernambuco, propiciará o escoamento de cargas minerais (notadamente o gesso do polo de Araripina) e agrícolas (grãos do cerrado e frutas do polo de Petrolina), além de viabilizar o surgimento de empreendimentos produtivos ao longo de seu traçado.

Apenas para citar um exemplo, está prevista a instalação de uma grande plataforma logística no município de Salgueiro que, com a implantação da nova ferrovia, constituirá um importante entroncamento rodoferroviário da Região Nordeste. Para aumentar o potencial do impacto da Nova Transnordestina na economia pernambucana e do Nordeste como um todo, é fundamental que

seja acelerada a implantação dos trechos em construção e seja também garantida a implantação futura dos trechos ligando Eliseu Martins-PI à Ferrovia Norte-Sul, bem como o trecho entre Salgueiro e Petrolina, ainda em estudo. Já em relação ao ramal ferroviário estadual no sentido Norte-Sul, parte do mesmo (entre Recife e a divisa PE/AL) será devolvido pela concessionária, para haver uma nova concessão do trecho ferroviário entre Salvador-BA e Recife, no âmbito do Programa Integrado de Logística (PIL) e do Programa de Concessões Ferroviárias do Governo Federal.

Nesse sentido, a não disponibilidade do uso do modal ferroviário no momento atual pelas empresas do Estado constitui atualmente um importante gargalo e, por isso, é importante que seja acelerada a nova concessão. A partir desse processo, espera-se que o modal ferroviário volte a ser plenamente utilizado no transporte de carga em Pernambuco.

Com relação à infraestrutura de transporte aquaviário, Pernambuco possui duas instalações portuárias, ambas de caráter público, o Porto de Recife e o Porto de Suape. O Porto de Recife, pelo fato de estar encravado no tecido urbano e ter limitações operacionais, tem mostrado uma movimentação de cargas estável com tendência de queda, atualmente concentrada em grãos sólidos, com uma contribuição importante ainda na movimentação de açúcar. Parte da carga que era movimentada via Porto do Recife tem sido direcionada ao Porto de Suape. Por outro lado, a área portuária vem sendo preparada para se constituir num importante polo turístico do Recife, já que recentemente foi concluído o novo terminal de passageiros do Porto e os antigos armazéns vêm sendo transformados em equipamentos de entretenimento, tais como lojas de artesanato, museus, entre outras atrações.

O Porto de Suape constitui atualmente o principal porto público do Nordeste, especialmente na movimentação de carga geral containerizada. Comparando-se o desempenho de Suape com os outros portos do Nordeste, percebe-se que, excetuando-se o Porto de Itaqui (MA), que trabalha predominantemente com movimentação de minério de ferro, o que faz com que seus volumes de cargas em toneladas sejam elevados, o Porto de Suape moveu maior quantidade de carga em 2013, sendo que o total movimentado (12,85 milhões de toneladas) foi maior do que a soma das cargas mo-

vimentadas pelos portos da Bahia (Aratu, Ilhéus e Salvador, que juntos movimentaram 10,21 milhões de toneladas) e a soma das cargas movimentadas pelos portos do Ceará (Fortaleza e Pecém, que juntos movimentaram 11,48 milhões de toneladas).

Trata-se de porto com característica de *hub port*¹ regional, constituindo um complexo industrial e portuário que atualmente configura-se como um dos mais importantes polos de investimento do Brasil. Para adequar sua capacidade operacional à demanda, o Porto de Suape tem obras previstas e em execução no âmbito do PAC, tais como a construção de um novo acesso rododiferroviário, a dragagem do canal externo (em execução) e a dragagem do cais 6 e 7 e um terminal de múltiplo uso (planejadas). Como obras adicionais a serem executadas para eliminar possíveis gargalos no Porto, o estudo Nordeste Competitivo (CNI, 2012) aponta a necessidade de um terminal de granéis sólidos, de um segundo terminal de contêineres, de um terminal de grãos e de um terminal de açúcar no Porto.

Ainda em termos de modal aquaviário, destaca-se a importância de viabilização do uso da Hidrovia do São Francisco para o transporte regular de cargas, notadamente aquelas oriundas dos cerrados baianos em direção ao Porto de Suape, procedendo a troca de modal aquaviário/ferroviário em Petrolina. Para tal, seriam necessários investimentos no porto fluvial de Petrolina e a construção do ramal ferroviário Salgueiro-Petrolina, conforme citado anteriormente.

Com relação ao transporte aéreo, Pernambuco possui dois aeroportos com voos regulares, o Aeroporto Senador Nilo Coelho, em Petrolina, e o Aeroporto Internacional Gilberto Freyre/Guararapes, no Recife, ambos administrados pela Infraero. O Aeroporto de Petrolina pode atender à demanda de transporte aéreo de carga do polo fruticultor da região em que está inserido e vem sendo utilizado para tal, mas com um volume de movimentação ainda pequeno em relação ao seu potencial. Em 2013 o Aeroporto de Petrolina mo-

¹ Hub Port é um porto concentrador de cargas, sendo ponto focal de origem e destino de cargas de grande volume transportadas por grandes distâncias (navegação de longo curso). A partir do hub port são feitas conexões com portos regionais (navegação de cabotagem) para distribuição ou recepção de cargas de menor volume.

vimentou 473,48 mil passageiros e 5.097 toneladas de carga aérea, sendo que 86% da movimentação refere-se a cargas internacionais. Existe um projeto de transformação do Aeroporto de Petrolina em aeroporto industrial, constituindo uma zona de regime tributário especial, o que poderia atrair diversos empreendimentos industriais com perfil importador/exportador.

Já o Aeroporto Internacional do Recife constitui o segundo maior do Nordeste em circulação de passageiros, com movimentação inferior apenas ao Aeroporto de Salvador. Em 2013 o Aeroporto dos Guararapes atendeu a 6,84 milhões de passageiros e 31.493 toneladas de carga.

A Tabela 2 relaciona as principais obras de infraestrutura de transporte planejadas ou em execução no estado de Pernambuco, com destaque para a Ferrovia Transnordestina e o complexo logístico na Ilha de Itapessoca, além das obras de mobilidade urbana na área metropolitana de Recife, que receberam impulso tendo em vista a realização da Copa 2014 no Brasil.

Tabela 2 – Obras de infraestrutura de transportes previstas em Pernambuco

Obra	Orçamento (R\$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Construção Nova Torre Aeroporto Internacional de Recife (PAC)	18	Em projeto	0%
Ferrovia Transnordestina (PAC)	7.500	Iniciada	40%
Concessão Ferrovia Feira de Santana (BA) - Recife (PE) (PIL - 882 km)	NI	Em projeto	0%
Metrô de Recife - Linha Sul e Centro (PAC)	1.281	Iniciada	98%
Navegabilidade nos rios Beberibe e Capibaribe	190	Iniciada	NI
Porto de Suape - Novo pátio de veículos	22	Iniciada	10%
Porto de Suape - Acesso rodoviário à ilha de Tatuoca	110	Iniciada	85%
Arco Metropolitano de Pernambuco (98 km)	1.800	Em projeto	NI
Duplicação e modernização BR-101/NE Trecho PE (199 km)	1.282	Iniciada	NI
Duplicação BR-104 entre Pão de Açúcar e Agrestina (51,4 km)	378	Iniciada	64%
Restauração PE-095 entre Limoeiro e BR-104 (Caruaru) (80,1 km)	58	Em licitação	0%
Implantação do Corredor Norte/Sul, entre Igarassu e Recife (15 km)	181	Iniciada	71%
Restauração PE-275 ente Sertânia e Tuparetama (75 km)	30	Em licitação	0%
Construção PE-037 entre Vitória S. Antão e Cabo S. Agostinho (35 km)	35	Iniciada	31%
Corredor com 12,5 km de extensão, passando por 22 estações na RMR	88	Iniciada	76%
Recuperação e duplicação BR-408 entre Carpina e Bicopeba (22,1 km)	206	Iniciada	91%
BRT Leste-Oeste (Recife)	137	Iniciada	88%
Construção e pavimentação PE-044 (Três Ladeiras) (27,8 km)	36	Iniciada	63%
Restauração PE-045 entre Escada e Vitória de Santo Antão (34,4 km)	29	Paralisada	51%
Restauração PE-275 entre Tupretama e Ambó (30 km)	14	Iniciada	1%
Restauração PE-089 entre Limoeiro e Timbaúba (57,1 km)	27	Iniciada	80%
Construção de complexo logístico na Ilha de Itapessoca	3.000	Em projeto	0%
Plataforma logística multimodal em Salgueiro	600	Em projeto	0%
Terminal de Integração Cosme e Damião Metrô/Ônibus (Recife)	19	Iniciada	88%
Total	17.041		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

11.2 Infraestrutura de energia elétrica

Pernambuco atualmente tem a terceira maior capacidade de geração de energia do Nordeste, totalizando 2.655 MW de capacidade instalada, o que corresponde a 12,0% da capacidade de geração regional e 2,09% do total do Brasil (Tabela 3). Em comparação com outros estados do Nordeste, tais como o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Bahia, Pernambuco tem atraído menor volume de investimentos para geração de energia elétrica através de fontes alternativas. Mesmo assim, sua capacidade de geração baseia-se predominantemente em usinas eólicas e termelétricas. A concessionária distribuidora de energia elétrica do Estado é a Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), uma empresa privada pertencente ao grupo Energisa, a qual atende aos 184 municípios do Estado, ao território de Fernando de Noronha a ao município de Pedras de Fogo-PB.

Tabela 3 – Evolução dos indicadores de geração e consumo de energia elétrica em Pernambuco - 2006 a 2013

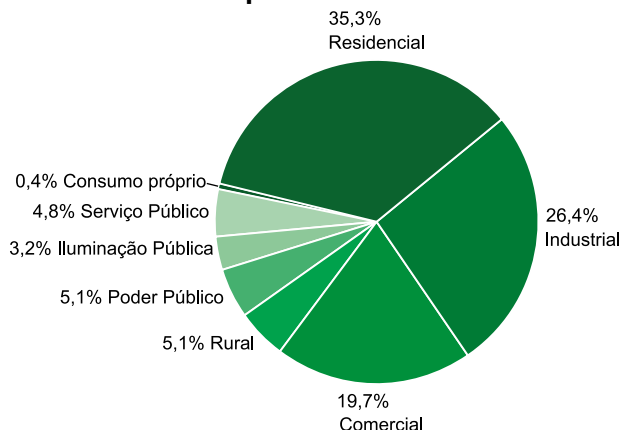
Serviço	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% Brasil 2013
Capacidade Instalada (MW)	1.618	1.592	1.686	1.740	2.043	2.073	2.124	2.655	2,09
Energia Gerada (GWh)	5.512	5.250	4.895	5.419	7.336	7.707	8.395	9.733	1,71
Energia Consumida (GWh)	8.756	9.330	9.730	10.089	10.936	11.291	11.832	12.935	2,79

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2011, 2014).

A partir dos dados da Tabela 3, observa-se que Pernambuco é um Estado importador de energia elétrica, tendo em vista que seu consumo de energia é maior do que o total gerado.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição do consumo de energia entre as diferentes classes, através do qual se percebe a importância dos segmentos residencial, industrial e comercial, nessa ordem, os quais, em conjunto, são responsáveis por 81,4% do consumo.

Gráfico 1 – Distribuição do consumo de energia elétrica de Pernambuco por classe em 2013 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2014).

Considerando o cenário observado em Pernambuco na proporção entre geração e consumo, é importante que sejam feitos maiores investimentos, tanto no aumento da capacidade de geração, como na transmissão de energia elétrica. Atualmente, estão previstas ou em execução algumas obras relacionadas à geração e transmissão, as quais são listadas na Tabela 4 e beneficiarão Pernambuco e outros estados do Nordeste.

Tabela 4 – Obras de infraestrutura de energia elétrica previstas em Pernambuco

Obra	Orçamento (R\$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Usina Hidrelétrica Riacho Seco (PAC)	552	Em projeto	0%
LT São João do Piauí-Milagres 2-Luís Gonzaga	570	Em projeto	0%
LT Presidente Dutra-Teresina 2 C3-Sobral 3 C3	502	Em projeto	0%
LT Interligação Luís Gonzaga-Garanhuns-Pau Ferro (PAC)	742	Iniciada	NI
Total	2.366		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

11.3 Infraestrutura de utilidade pública

A infraestrutura de utilidade pública proporciona bem-estar e melhores condições de vida da população, inclusive com reflexos na saúde pública, a exemplo do abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e iluminação elétrica.

A oferta desses equipamentos e serviços apresentou considerável evolução em Pernambuco no período de 2002 a 2012 (Tabela 5). Nesse sentido, o acesso à iluminação elétrica aproxima-se da universalização no Estado com 99,9% das residências atendidas, estando acima dos indicadores observados no Nordeste (99,1% de domicílios atendidos) e no Brasil (99,5%).

O abastecimento de água, por sua vez, que atendia a 73,9% das residências em 2002 foi ampliado para 81,5% dos domicílios em 2012, acima, portanto, da média para o Nordeste (80,6%) mas ainda inferior em comparação com o Brasil (85,4%) em termos de domicílios atendidos em 2012.

No que se refere à coleta de lixo, o Estado contava com 78,9% dos domicílios atendidos regularmente em 2012. A título de comparação, o percentual de residências atendidas por esses serviços alcançou 69,2% no Nordeste enquanto que no Brasil atingiu 83,5%.

A rede de esgotamento sanitário apresentou notável expansão no período analisado. Contudo, pouco mais da metade das residências pernambucanas contavam com esse serviço em 2012. As necessidades de investimentos em saneamento são prementes, pois o indicador de Pernambuco ainda encontra-se abaixo da média nacional (63,3%), embora acima do indicador regional (41,1% de residências atendidas no Nordeste).

Tabela 5 – Domicílios atendidos por serviços de infraestrutura básica em Pernambuco - 2002 e 2012

Serviço	Quantidade (mil unid.)		% Domicílios	
	2002	2012	2002	2012
Iluminação elétrica	2.104	2.823	97,1	99,9
Abastecimento de água	1.600	2.303	73,9	81,5
Coleta de lixo	1.396	2.231	64,5	78,9
Esgotamento sanitário	738	1.455	34,1	51,5

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE(2014).

Existe um conjunto de projetos em execução ou planejados que deverão modernizar a infraestrutura física estadual, estando os principais listados na Tabela 6, que inclui também obras voltadas à infraestrutura de irrigação, podendo estender-se por outros Estados da Região.

Entre as obras apresentadas na Tabela 6, que somam R\$ 17,9 bilhões, destaca-se a predominância de ações voltadas para a distribuição de água e redes de esgoto, as quais contribuirão efetivamente para que os indicadores de saneamento de Pernambuco sejam ainda melhores e se aproximem da média nacional. O projeto Cidade Saneada, por exemplo, tem como meta atingir 90% de cobertura de rede de esgoto nos municípios da Grande Recife e em Goiana, município que está recebendo grandes projetos industriais, notadamente a planta fabril de Fiat Automóveis e de alguns de seus fornecedores. Em termos de infraestrutura hídrica, pode-se destacar as obras relacionadas à transposição do Rio São Francisco e a Adutora do Agreste.

Tabela 6 – Obras de infraestrutura de saneamento e irrigação previstas em Pernambuco

Obra	Orçamento (R\$ Milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Abastecimento de água em Olinda	95	Em projeto	0%
Abastecimento de água em Petrolina	56	Iniciada	58%
Abastecimento de água em Camaragibe	67	Em projeto	0%
Abastecimento de água em Recife	71	Iniciada	38%
Barragem do Engenho Maranhão	50	Iniciada	1%
Perímetro de Irrigação Pontal (PAC)	166	Iniciada	NI
Barragem de Engenho Pereira	84	Iniciada	40%
Perímetro de irrigação Nilo Coelho (PAC)	77	Iniciada	NI
Adutora do Agreste	2.000	Iniciada	13%
Adutora Pajeú (2 etapa) (PAC)	366	Contratada	0%
Adutora do Siriji	71	Iniciada	57%
Esgotamento sanitário em Paulista	446	Em licitação	0%
Esgotamento sanitário em Cabo de Santo Agostinho	130	Iniciada	8%
Estação de tratamento de esgoto Cabanga	88	Iniciada	10%
Esgotamento sanitário em Recife - Proest 1	71	Iniciada	50%
Cidade saneada (PPP)	4.500	Iniciada	NI
Esgotamento sanitário em Petrolina	65	Iniciada	44%
Esgotamento sanitário em Surubim	88	Em projeto	0%
Esgotamento sanitário em Recife - Proest 2	54	Iniciada	91%
Transposição do Rio São Francisco - Eixo Norte (PAC)	5.286	Iniciada	59%
Transposição do Rio São Francisco - Eixo Leste (PAC)	2.944	Iniciada	58%
Grandes anéis do Recife	139	Iniciada	32%
Saneamento Integrado em Olinda (PAC)	77	Iniciada	NI
Outras obras	957	NA	NA
Total	17.948		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

Notas: NI – nada informado; NA – não se aplica.

Referências

ANUÁRIO EXAME INFRAESTRUTURA 2014-2015. São Paulo: Abril, nov. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste. **Plano Diretor de Investimentos**: relatório técnico 2. Fortaleza: BNB; Washington, D. C.: BID, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Projeto Nordeste Competitivo**: sumário executivo. Brasília, DF, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. **Pesquisa CNT de Rodovias 2014**. Relatório Gerencial. Disponível em <<http://pesquisarodovias.cnt.org.br/Paginas/relGeral.aspx>>. Acesso em 12 nov. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Rede do Sistema Nacional de Viação 2014**. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/sistema-nacional-de-viacao/snv-2014-1>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica 2011**. Rio de Janeiro: EPE, 2011.

_____. **Anuário estatístico de energia elétrica 2014**. Rio de Janeiro: EPE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

12 Mercado de trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Economista. Mestre em Economia Rural

O presente texto está dividido em duas seções. Na primeira, analisa-se a evolução do emprego e desemprego em Pernambuco no período de 2001 e 2013, utilizando-se dados fornecidos pelo IBGE. Na segunda parte, estudam-se as mudanças do quadro de emprego formal do Estado, entre 2000 e 2013, a partir de dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

12.1 Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua

O objetivo desta primeira seção do trabalho é analisar as variações ocorridas no nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)¹ realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2001 e 2013.

Dados da PNAD Contínua revelam que a População em Idade Ativa (PIA) era de 6.549 mil pessoas, em 2001, representando 79,7% da população total de Pernambuco. Vale ressaltar que neste período 75,9% da PIA concentravam-se na área urbana do Estado. Já os dados de 2013 apontavam a PIA com 7.865 mil pessoas, equivalendo a 85,4% da população total. Quanto à população urbana, verificou-se acréscimo, tendo em vista que a população domiciliada no meio urbano alcançou 81,9% da PIA em 2013 (Tabela 1).

¹ Abrangência geográfica: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia) e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

No período abordado, registrou-se aumento da População Economicamente Ativa (PEA)². Em 2001, a PEA representava 3.798 mil pessoas, correspondendo a uma Taxa de Participação da força de trabalho de 58,0%. Para 2013, ocorreu uma mudança nessa estrutura, ocasião em que a PEA aumentou para 4.171 mil pessoas, com crescimento a uma taxa de 0,8% ao ano, resultando em um incremento de 373 mil pessoas. Neste ano de 2013, verificou-se redução na taxa de participação (correspondente a 53,0%) devido ao crescimento proporcionalmente maior da PIA (taxa de crescimento de 1,5% ao ano) em relação à PEA (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1 – População em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013

População	2001	2013	Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
População Total	8.212	9.208	996	12,1	1,0
População em Idade Ativa - PIA	6.549	7.865	1.316	20,1	1,5
População Economicamente Ativa - PEA	3.798	4.171	373	9,8	0,8
População Ocupada - POC	3.416	3.815	399	11,7	0,9
População Desocupada	382	356	-26	-6,8	-0,6
Taxa de Participação (%) (1)	58,0	53,0	-5,0	-8,6	-0,7
Nível de Ocupação (%) (2)	52,2	48,5	-3,7	-7,0	-0,6
Taxa de Ocupação (%) (3)	89,9	91,5	1,5	1,7	0,1
Nível de Desocupação (%) (4)	5,8	4,5	-1,3	-22,4	-2,1
Taxa de Desocupação (%) (5)	10,1	8,5	-1,5	-15,1	-1,4

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Obs.: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

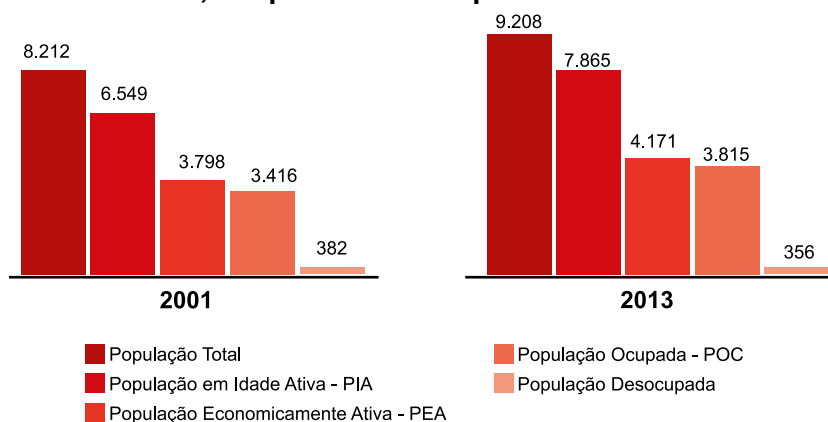
Notas:

(1) percentual da PEA sobre a PIA;

² Para melhor compreensão, é preciso esclarecer que, dentre a população residente de um país ou região, existe uma parcela que se encontra em idade ativa, ou em capacidade de realizar algum tipo de trabalho, remunerado ou não (População em Idade Ativa - PIA) e, que fração dessa parcela, encontra-se efetivamente integrada no mercado, formal ou não, de trabalho (População Economicamente Ativa – PEA). Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE, todas as pessoas com idade igual ou superior a quatorze (14) anos compõem o estoque total da PIA.

- (2) percentual da População Ocupada dividida pela PIA;
- (3) percentual da População Ocupada dividida pela PEA;
- (4) percentual da População Desocupada dividida pela PIA;
- (5) percentual da População Desocupada dividida pela PEA.

Gráfico 1 – População total, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Em 2001, a População Ocupada (POC) atingiu 3.416 mil pessoas, correspondendo à Taxa de Ocupação de 89,9%. Para este período analisado, a composição de arranjos, segundo a classe de rendimento mensal de todos os trabalhos, apontava para uma concentração maior de pessoas que recebiam até três salários mínimos, com 66,9% do total das pessoas ocupadas (Tabela 2).

Entre 2001 e 2013, a taxa de incremento da POC foi da ordem de 9,8%, alcançando um estoque de 4.171 mil pessoas. E nesta nova configuração da população ocupada, observa-se um maior crescimento de pessoas ocupadas na classe de rendimento mensal que recebem entre meio a um salário mínimo, com acréscimo de 468 mil pessoas ocupadas (taxa de crescimento de 4,4% ao ano).

No ano de 2013, verificou-se que 7,8% do total de pessoas ocupadas estavam na categoria “sem rendimento”, apresentando redução de 55,5% em relação ao ano de 2001. Por sua vez, a classe de rendimento mensal de até três salários mínimos respondia

por um conjunto de 80,1% da POC, enquanto que a população ocupada na classe com rendimento mensal superior a três salários mínimos representava 7,9% da POC. Neste caso, percebe-se a distribuição assimétrica de renda, e confirmando esta análise, o Índice de Gini calculado para Pernambuco foi de 0,502 no ano de 2013 (IBGE, 2014).

Tabela 2 – Pessoas ocupadas (1) por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - 2001 e 2013

Classes de rendimento mensal	2001		2013		Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
	Quant.	Part. %	Quant.	Part. %			
Até 1/2 SM	447	13,1	486	12,7	39	8,7	0,7
Mais de 1/2 a 1 SM	689	20,2	1.157	30,3	468	67,9	4,4
Mais de 1 a 2 SM	902	26,4	1.103	28,9	201	22,3	1,7
Mais de 2 a 3 SM	246	7,2	314	8,2	68	27,6	2,1
Mais de 3 a 5 SM	190	5,6	160	4,2	-30	-15,8	-1,4
Mais de 5 a 10 SM	136	4,0	98	2,6	-38	-27,9	-2,7
Mais de 10 a 20 SM	64	1,9	31	0,8	-33	-51,6	-5,9
Mais de 20 SM	27	0,8	12	0,3	-15	-55,6	-6,5
Sem rendimento	667	19,5	297	7,8	-370	-55,5	-6,5
Sem declaração	48	1,4	157	4,1	109	227,1	10,4
Total	3.416	100,0	3.815	100,0	399	11,7	0,9

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota:

(1) pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Como a PNAD tem representatividade quanto ao nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho, pode-se concluir que o mercado de trabalho para o ano de 2013 encontrava-se em situação mais robusta do que a relatada no ano de 2001. O reflexo desse novo quadro do ano de 2013 pode ser observado com o crescimento do estoque de pessoas ocupadas ao longo desse período, aumentando de 3.416 mil pessoas em 2001 para 3.815 mil pessoas ocupadas em 2013, registrando uma taxa de crescimento de 0,9% ao ano, ou seja, aumento da População Ocupada de 399 mil pessoas no período de 2001 a 2013. Portan-

to, ocorreu uma expansão do mercado de trabalho em Pernambuco no período analisado.

As expectativas para o mercado de trabalho são de crescimento tendo em vista os investimentos previstos para os próximos anos nos setores do comércio e serviços. Somente no setor de transporte e armazenagem, foram investidos US\$ 508,9 milhões no período de 2011 a 2013 para atender a demanda do sistema logístico do Complexo Industrial Portuário de Suape, com geração de 283 empregos diretos. Desse total de investimentos, destaca-se a construção de um novo terminal de açúcar no Porto de Suape (onde a operadora logística contratada opera em terminais de transbordo rododiferroviário, que é responsável por toda logística de açúcar até aos portos brasileiros) no município de Ipojuca-PE. Referido terminal de condomínio industrial terá a capacidade para movimentar 738 mil toneladas da *commodity* por ano. Construída numa área de 72.542 m² e 34 metros de cais para atracação dos navios, a estimativa é que sejam gerados 450 empregos na fase da construção do terminal, e a *trading* espera contratar 75 empregos diretos, com investimentos realizados na ordem de US\$ 75,7 milhões, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI (BRASIL, 2014a).

12.2 Evolução do emprego formal – RAIS

Nesta segunda parte, faz-se a abordagem sobre a evolução referente ao número de vínculos empregatícios utilizando-se a base de dados fornecida pelo Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 2000 e 2013. A RAIS registra o estoque de empregos formais na sua totalidade, diferentemente da PNAD Contínua realizada pelo IBGE que se utiliza de amostra. Porém, a RAIS não registra o número de empregos informais nem o de pessoas desocupadas, uma vez que esses dois recortes não são objeto de sua base de dados.

O estoque de empregos alcançou 871.812 vagas em Pernambuco no ano de 2000, com forte concentração na administração pública (31,7%). Em 2013, o estoque de empregos saltou para 1.740.074 vagas, com aumento expressivo de 99,6% no período estudado. Além dessa expansão, Pernambuco apresenta

agora uma nova configuração na distribuição setorial do mercado de trabalho.

Assim, os segmentos de comércio e serviços que respondiam por 43,1% do emprego formal, com 375.857 pessoas no ano 2000, passaram a representar 51,7% dos empregos formais do Estado, fornecendo 898.767 postos de trabalho em 2013 (Tabela 3 e Gráfico 2).

Impulsionada com o bom desenvolvimento dos setores de comércio e serviços, a construção civil registrou aumento no número de postos de emprego em 232,9% se comparado a 2000, que empregava 43.639 trabalhadores, e passou a registrar 145.286 empregos formais em 2013 (Gráfico 2).

Vale destacar que a formação deste novo quadro ocorreu a partir dos investimentos nos setores de comércio e serviços no período de 2011 a 2013, a exemplo da construção de novos complexos hoteleiros nos municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, onde foram investidos US\$ 440,3 milhões. Somente o complexo hoteleiro do município de Santo Agostinho terá a capacidade de gerar 700 empregos diretos e indiretos. Os investimentos para modernização e expansão de complexos hoteleiros nos municípios de Salgueiro, Ipojuca e Recife foram da ordem de US\$ 27,0 milhões.

Destaca-se ainda a construção de dois grandes complexos empresariais ligados ao mesmo tempo a torres comerciais, a *shopping centers* e a rede de hotéis nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Os empreendimentos estão orçados em US\$ 513,12 milhões. No município de Cabo de Santo Agostinho, o empreendimento contará com um hotel cinco estrelas, centro de convenções, um *shopping center*, 40 lojas e seis torres comerciais para locação, que durante a fase de sua construção gerou 5.980 postos de trabalhos e a expectativa é que sejam gerados mais 7.025 empregos diretos e indiretos em sua operação. Já no município de Ipojuca, o complexo terá 10 torres comerciais, um hotel, um *shopping center* no formato de *outlet*, que em sua fase de construção abrigará 1.500 postos de trabalho e mais outros dois mil postos de emprego quando os empreendimentos estiverem funcionando.

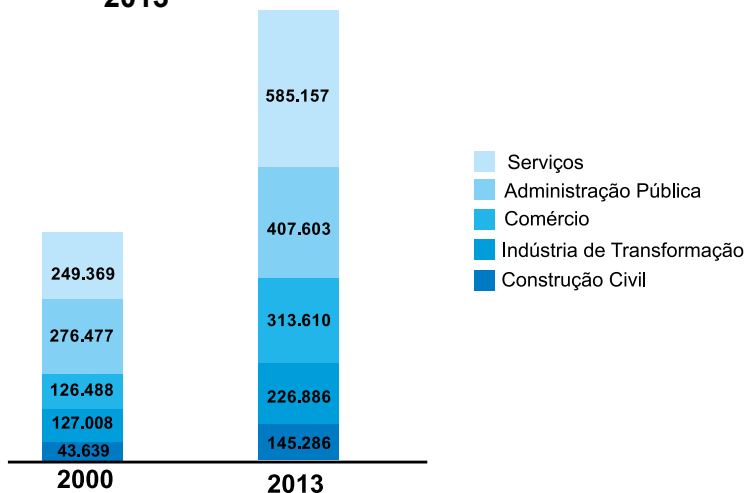
Já em Recife, estão sendo construídos dois *shopping centers* e 12 *outlets*, com investimentos de US\$ 1.065 milhões, e com a expectativa de que os empreendimentos gerem 4 mil empregos diretos e indiretos (BRASIL, 2014a).

Tabela 3 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Quant.	Part. (%)	Quant.	Part. (%)		
Serviços	249.369	28,6	585.157	33,6	335.788	134,7
Administração pública	276.477	31,7	407.603	23,4	131.126	47,4
Comércio	126.488	14,5	313.610	18,0	187.122	147,9
Indústria de transformação	127.008	14,6	226.886	13,0	99.878	78,6
Construção civil	43.639	5,0	145.286	8,3	101.647	232,9
Agropecuária, extração vegetal, caça...	34.089	3,9	42.300	2,4	8.211	24,1
Serviços Industriais de Utilidade Pública	13.326	1,5	16.457	0,9	3.131	23,5
Extrativa mineral	1.416	0,2	2.775	0,2	1.359	96,0
Total	871.812	100,0	1.740.074	100,0	868.262	99,6

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Gráfico 2 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Em relação à distribuição de emprego segundo o tamanho da empresa³, no ano 2000 as firmas de grande porte respondiam por 38,7% dos empregos formais do Estado, enquanto que as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPEs) ofereciam 61,3% das vagas. Em 2013, as oportunidades cresceram de forma considerável em todos os segmentos, mas, proporcionalmente, o quadro de distribuição permanece praticamente o mesmo, com aumento da participação das empresas de grande porte, que passaram a contar com 41,2% das vagas.

A organização da indústria de transformação e extrativa mineral, em particular, revelava a existência de 128.424 postos de trabalho com vínculos empregatícios, em 2000, observando-se uma concentração no subsetor de fabricação de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (46,8%), que empregava 60.158 pessoas (Tabela 4).

³ O porte adotado está relacionado com o número de vínculos empregatícios por estabelecimento: a) Micro empresa - até 19 empregados; b) Pequena empresa - entre 20 e 99; c) Média empresa - entre 100 e 499; d) Grande empresa - acima de 500.

Em 2013 ocorreu incremento líquido de 101.237 novos postos de trabalho nas indústrias de transformação e extrativa mineral, chegando a registrar 229.661, ou seja, 78,8% a mais em relação ao ano de 2000. Os maiores impactos podem ser observados na indústria de alimentos e bebidas (com acréscimo de 25.282 postos de empregos formais), seguido pela confecção de artigos do vestuário (aumento em 12.849 postos de trabalho) e produtos de minerais não metálicos, com a criação de 12.248 postos de trabalho com vínculo empregatício (Tabela 4).

Nestes dois subsetores, indústria de transformação e extrativa mineral, grande parte da geração de empregos formais ocorreu em função dos elevados investimentos, tendo em vista que no período de 2011 a 2013 foram injetados US\$ 3,5 bilhões nestes subsetores, ou seja, somando de 58% dos investimentos totais no período. Somente no polo automotivo no município de Goiana, os investimentos foram na ordem de US\$ 241,5 milhões na instalação da fábrica da FIAT (Itália). Embora o projeto se encontre em fase de implantação, a montadora deverá entrar em operação ainda neste ano de 2015. A previsão é que sejam investidos um total de R\$ 5,1 bilhões para implantar a montadora, onde serão produzidos até 2501 mil veículos por ano, além de uma fábrica de motores, centro de pesquisas e de provas numa área de 1.400 hectares. Na fase de implantação, foram criados 7.000 empregos diretos e indiretos. A expectativa é que sejam gerados 4.500 empregos diretos na linha de produção do polo automobilístico, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI (BRASIL, 2014a).

Além da construção da fábrica de automóveis no município de Goiana, a Fiat Chrysler deverá construir um centro de pesquisa e desenvolvimento automotivo que será localizado no Parque Tecnológico Porto Digital. O centro projetará componentes para atender as necessidades do polo automotivo. A expectativa é que sejam criados 500 empregos diretos para engenheiros e técnicos (BRASIL, 2014a).

Em relação aos investimentos em transporte e armazenagem, foram investidos US\$ 2,6 bilhões na construção de cinco estaleiros no Complexo Industrial Portuário de Suape e gerados 2.500 empregos na fase de construção com a expectativa de criar mais de 12.900 empregos diretos e 33.400 indiretos. O Estaleiro Atlân-

tico Sul foi o primeiro e o maior empreendimento com capacidade de processamento de 160.000 toneladas de aço ao ano. O investimento está orçado em US\$ 1,4 bilhão, com a previsão de que sejam gerados cinco mil empregos diretos e mais 25 mil indiretos. No segmento de construção e de reparo de embarcações, o Estaleiro Galisteu investirá US\$ 440 milhões, com expectativa de gerar 500 empregos na fase de construção além de outros 4 mil empregos quando estiver em operação. O Estaleiro Navalmare investiu US\$ 250 milhões na construção de uma unidade para fabricar estruturas *offshore* (como plataformas e *decks*) com a expectativa de criação de um mil empregos diretos (PERNAMBUCO, 2015).

**Tabela 4 – Indústria de transformação e extrativa mineral
- Distribuição de emprego com vínculos
empregatícios por subsetor - 2000 e 2013**

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Absoluto	Part. (%)	Absoluto	Part. (%)		
Indústria de transformação (A)						
Produtos alimentícios e bebidas	60.158	46,8	85.440	37,2	25.282	42,0
Artigos do vestuário e acessórios	10.568	8,2	23.417	10,2	12.849	121,6
Produtos de minerais não metálicos	9.252	7,2	21.500	9,4	12.248	132,4
Outros equipamentos de transporte	213	0,2	11.203	4,9	10.990	5.159,6
Produtos químicos	7.007	5,5	10.181	4,4	3.174	45,3
Produtos de metal exceto máq. e equip.	3.481	2,7	9.915	4,3	6.434	184,8
Artigos de borracha e plástico	4.320	3,4	9.538	4,2	5.218	120,8
Móveis e indústrias diversas	4.066	3,2	8.660	3,8	4.594	113,0
Produtos têxteis	6.283	4,9	6.514	2,8	231	3,7
Coque,refino de petróleo, elabor. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	1.560	1,2	6.362	2,8	4.802	307,8
Máquinas e equipamentos	1.461	1,1	5.502	2,4	4.041	276,6
Produtos de papel e celulose	2.380	1,9	5.434	2,4	3.054	128,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.767	2,9	5.038	2,2	1.271	33,7
Manutenção, rep. e inst. de máq. e equip.	407	0,3	3.682	1,6	3.275	804,7
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1.046	0,8	3.489	1,5	2.443	233,6

continua...

continuação

Metalurgia	2.032	1,6	3.354	1,5	1.322	65,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	3.677	2,9	3.101	1,4	-576	-15,7
Artefatos de couro e calçados	2.796	2,2	2.828	1,2	32	1,1
Produtos de madeira	818	0,6	837	0,4	19	2,3
Equip. de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1.648	1,3	646	0,3	-1.002	-60,8
Produtos do fumo	68	0,1	245	0,1	177	260,3
Indústria de extração mineral (B)						
Pedra, areia e argila	765	0,6	1.967	0,9	1.202	157,1
Outros minerais não metálicos	537	0,4	538	0,2	1	0,2
Carvão mineral	0	0,0	164	0,1	164	-
Minerais metálicos não ferrosos	0	0,0	97	0,0	97	-
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	101	0,1	8	0,0	-93	-92,1
Minério de Ferro	13	0,0	1	0,0	-12	-92,3
Total (A+B)	128.424	100	229.661	100	101.237	78,8

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Quanto aos dados de empregos formais disponibilizados pela RAIS-MTE, verifica-se um crescimento no estoque de empregos formais que saltou de 871.812 postos de trabalho, em 2000, para 1.740.074 no ano de 2013, aumento em 99,6% com predominância dos empregos formais em empresas de micro, pequeno e médio portes.

O crescimento no mercado de trabalho é reflexo dos investimentos na economia de Pernambuco em setores estratégicos, como a produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Como exemplo, tem-se a implantação de quatro empresas produtoras de equipamentos eólicos instalados em Pernambuco, com investimento total em US\$ 440,54 milhões e perspectiva de gerar mais de 2.460 empregos diretos. Uma dessas empresas é o empreendimento do GRUPO GESTAMP, que trabalha na produção de torres eólicas e foi o primeiro empreendimento do setor no Porto de Suape. O investimento foi na ordem de US\$ 107,59 milhões, o empreendimento do GRUPO GESTAMP possui a capacidade de produzir 500 torres eólicas por ano, com formação de 508 empregos diretos.

A empresa Iraeta trabalha na produção de flanges, que terá a capacidade de produzir 5 mil peças por ano para fornecer empresas produtoras de equipamentos eólicos (atendendo especificamente a demanda da GESTAMP) com criação de 133 postos de trabalho.

Já a empresa Impsa (capital de origem da Argentina) produz em média 500 turbinas eólicas por ano e com investimento de US\$ 150 milhões tem a perspectiva de formar 320 novos postos de empregos diretos. A Eólice/LM Wind Power trabalha na produção de pás eólicas, cujo valor dos empreendimentos é da ordem de US\$ 49,5 milhões, com projeção de produzir em média 900 pás/ano até o ano de 2016, e depois 1.800 pás por ano, ofertando 1.500 empregos diretos (PERNAMBUCO, 2015; BRASIL, 2014a).

A vocação econômica do estado de Pernambuco para os setores de comércio e serviços contribuiu para que atingisse 107.245 estabelecimentos, dos quais 53.513 surgiram nos últimos anos (aumento de 104,5% em relação ao ano de 2000). Somente os setores de comércio e serviços alcançaram 86.848 estabelecimentos no ano de 2013, representando 81,0% do total do número de firmas de Pernambuco.

O crescimento do comércio e serviços impulsiona outros setores, a exemplo da construção civil que gerou 145.286 empregos formais em 2013, aumento em 232,9% em relação ao ano de 2000. Outro indicador que também possibilita mensurar o desenvolvimento do setor da construção civil é o aumento do consumo de cimento do estado de Pernambuco. Segundo o Sindicato da Indústria de Cimento Nacional (SICN), o ano de 2013 finalizou com consumo aparente de 2.907 mil toneladas, registrando incremento de 1.893 mil toneladas, ou seja, aumento em 186,7% em relação ao ano de 2003.

Na produção e distribuição de eletricidade também são animadoras, onde os investimentos previstos para a instalação de uma termelétrica com a capacidade de gerar 1.452 MW (Grupo Bertin), além da construção de um terminal de granéis líquidos, que estará diretamente relacionado ao da Termelétrica, que utilizará óleo combustível. Os investimentos são na ordem de US\$ 1,25 bilhão, com expectativa de criar 500 empregos diretos e 2 mil empregos

indiretos, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI (BRASIL, 2014a).

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Projetos de investimento por setor e divisão econômica. In: **Rede Nacional de Informações sobre Investimento - RENAI**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1407503664.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. Empregos formais no Brasil e Nordeste 2000 e 2013. Brasília, DF, 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa básica 2001 a 2013. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, 2014**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

PERNAMBUCO. **Complexo Industrial Portuário de Suape**. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/home/index.php>> Acesso em: 28 jan. 2015.

PETROBRAS. **Refinaria**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-premium-i.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. **Relatório anual 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.snac.org.br/relatorio_anual_dinamico.asp>. Acesso em: 17 nov. 2014.

13 Intermediação financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Economista. Mestre em Economia

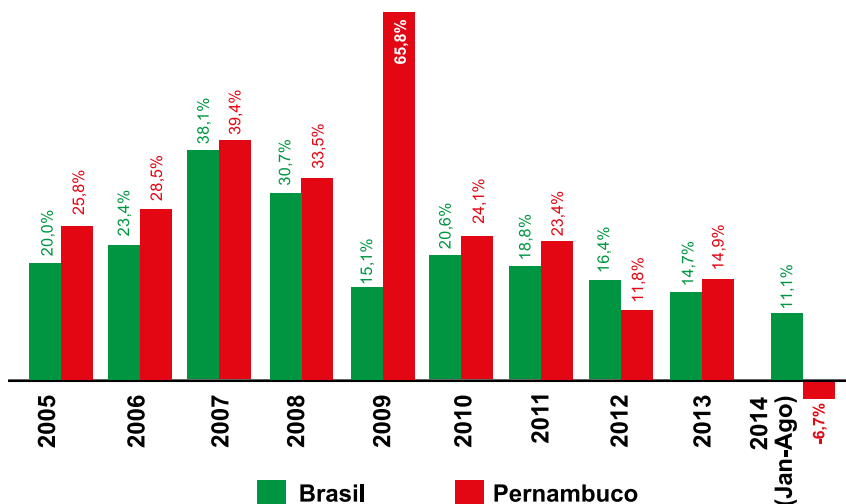
A intermediação financeira se constitui em um importante vetor do desenvolvimento regional. Nesse sentido, Pernambuco conta atualmente com 23 instituições financeiras, que atuam através de 611 agências bancárias. Em agosto de 2014, referidos estabelecimentos administravam depósitos à vista, dos setores públicos e privados, no montante de R\$ 4,1 bilhões, além de R\$ 15,3 bilhões em depósitos a prazo. Os depósitos em caderneta de poupança apresentam-se como o mais relevante dentre os produtos de captação de recursos, tendo em vista o montante de R\$ 17,47 bilhões registrado no mesmo período (BACEN, 2014b).

Pernambuco vem apresentando desempenho superior em comparação com o Brasil, quando se analisa a evolução do saldo das operações de crédito. No período de 2004 a 2013, observou-se taxa de crescimento anual em empréstimos e financiamentos da ordem de 28,9% no Estado, enquanto que em nível nacional, a elevação do crédito registrou taxa de expansão anual de 21,8%.

Pode-se destacar ainda que o crescimento das operações de crédito em Pernambuco beneficiou tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas. No primeiro caso, o crescimento foi de 28,3%, ao ano, sendo as operações voltadas essencialmente para o consumo. No segundo, a expansão alcançou 29,3% ao ano, com operações destinadas fundamentalmente para a produção.

O Gráfico 1 mostra a taxa de expansão do saldo de crédito no Brasil e no Estado anualmente. Em agosto de 2014, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro em Pernambuco alcançou R\$ 68,3 bilhões, obtendo a participação relativa no Nordeste e Brasil, de 18,8% e 2,4%, respectivamente.

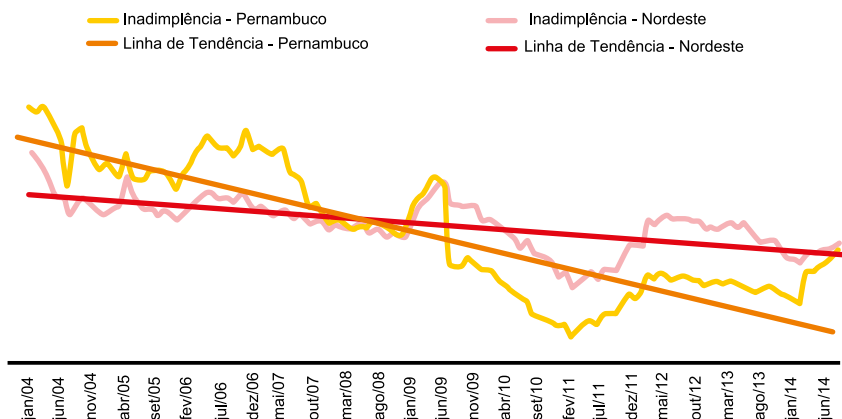
Gráfico 1 – Evolução do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e de Pernambuco - 2005 a 2014 - Variação em relação ao ano anterior - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Além do crescimento quantitativo dos saldos das operações de crédito, verifica-se uma melhoria qualitativa das operações do crédito em Pernambuco, haja vista a redução dos índices de inadimplência ao longo dos últimos anos. O Índice de Inadimplência no Estado vem apresentando tendência de convergência com o indicador observado na Região Nordeste (Gráfico 2).

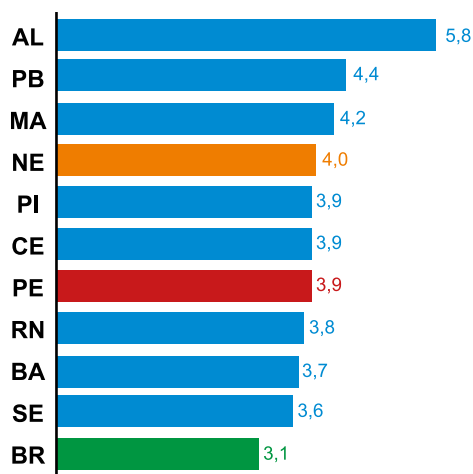
Gráfico 2 – Índices de Inadimplência no Nordeste e Pernambuco - 2004 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Em agosto de 2014, o Índice de Inadimplência total de Pernambuco registrou 3,9%, ligeiramente abaixo do indicador do Nordeste (4,0%). Por segmento, a taxa de inadimplência das pessoas físicas (5,9%) apresentou-se superior em relação ao valor registrado para pessoas jurídicas (2,1%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Índice de Inadimplência nos Estados do Nordeste e Brasil - Agosto de 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Por sua vez, as agências financeiras oficiais de fomento¹ são de extrema relevância no sistema financeiro brasileiro, pois essas entidades fortalecem as economias locais por intermédio da oferta de recursos financeiros para a implantação, ampliação, modernização e realocação dos empreendimentos produtivos. Nesse sentido, os empreendedores pernambucanos obtiveram crescentes recursos dessas agências de fomento, contribuindo para dinamizar o nível de atividade econômica através da geração de emprego e renda.

No período entre 2005 e 2013, verificou-se que o saldo das operações de crédito das agências oficiais multiplicou-se por um fator de 6,8 em Pernambuco, resultado de uma taxa de expansão anual de 27,1%, com destaque para os setores “habitação” e “industrial”, que registraram taxa de crescimento anual de 40,6% e 36,5%, respectivamente (Tabela 1).

Sob a ótica dos tomadores de recursos, observa-se que o porte “Micro” possui maior participação relativa (41,8%), haja vista contemplar as microempresas, em grande medida devido à presença nos setores de comércio e serviços, bem como os miniprodutores rurais e agricultores familiares. Por sua vez, os portes “Pequeno” e “Médio”, apresentaram as taxas anuais de crescimento mais elevadas na aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento no período de 2005 a 2013, isto é, 30,9% e 30,0%, respectivamente (Tabela 2).

¹ Agências oficiais de fomento: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e Banco da Amazônia (BASA).

Tabela 1 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por setor de atividade - 2005 a 2013 - (R\$ bilhões)

Ano	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação Financeira	Outros Serviços	Habitação	Outros	Total
2005	2,10	1,11	0,32	0,96	0,76	0,37	0,94	6,56
2006	1,57	0,96	0,41	1,01	0,91	0,47	1,23	6,56
2007	1,89	1,73	0,52	1,41	1,02	1,01	1,63	9,21
2008	2,08	3,04	0,79	1,91	1,46	1,26	2,04	12,58
2009	2,14	15,20	1,21	1,93	3,18	1,33	2,49	27,48
2010	2,08	14,67	1,55	2,90	4,10	2,04	2,88	30,22
2011	2,00	14,72	2,02	4,10	5,26	2,87	3,51	34,48
2012	2,15	13,77	2,97	4,55	7,42	4,05	4,56	39,47
2013	2,81	13,36	3,34	4,76	8,99	5,67	5,76	44,69

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Tabela 2 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por porte do tomador - 2005 a 2013 - (R\$ bilhões)

Ano	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
2005	3,10	0,45	0,47	2,55	6,56
2006	3,51	0,48	0,48	2,09	6,56
2007	4,81	0,62	0,56	3,22	9,21
2008	5,39	1,10	0,97	5,05	12,51
2009	6,11	1,54	1,39	18,44	27,48
2010	7,76	2,13	1,83	18,49	30,22
2011	9,67	2,55	2,56	19,71	34,48
2012	13,81	3,19	3,22	19,25	39,47
2013	18,68	3,84	3,85	18,32	44,69

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia e finanças. Economia regional. Crédito. In: **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. v 2.1. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. **ESTBAN – Estatística Bancária por Município**. Brasília,DF, 2014b. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Empresas Estatais**. Portarias bimestrais. Orçamento de investimentos. Empréstimos e financiamentos. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=4&ler=t213>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

14 Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste

José Alci Lacerda de Jesus

Engenheiro Agrônomo. Especialista em Ecologia e
Avaliação de Recursos Naturais

Mário Sérgio Carvalho de Freitas

Geógrafo. Mestre em Geografia Física

Sâmia Araújo Frota

Economista. Mestre em Administração

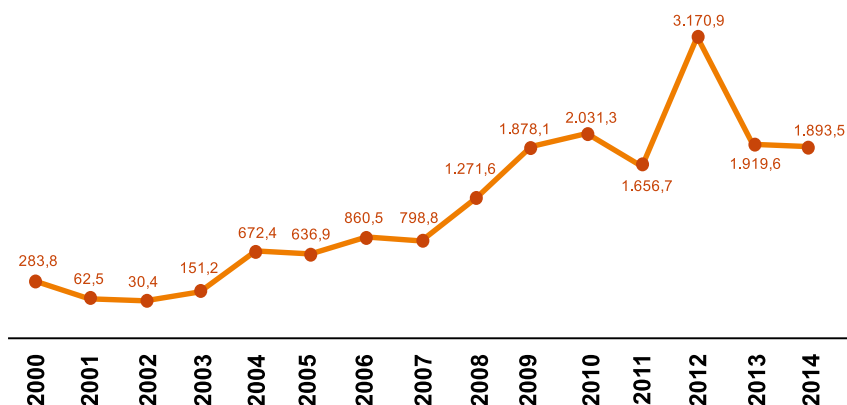
As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional são importantes instrumentos para a geração de crescimento econômico com inclusão social. Nesse sentido, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é um dos pilares das ações de fomento para a Região. O FNE contribui, enquanto política de financiamento à atividade produtiva, para impulsionar a dinâmica das economias estaduais da Região, promovendo a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, a aplicação dos recursos do FNE, planejada e realizada em articulação com os Governos Estaduais, Ministério da Integração, a SUDENE, representações dos setores produtivos e órgãos de apoio à atividade econômica, possibilita que na área de atuação do Fundo sejam fortalecidas as atividades produtivas, gerando novos negócios, oportunidades de empregos e aumento da arrecadação de tributos.

Nesse contexto, verifica-se no Gráfico 1 que de 2000 a 2014 houve um incremento substancial nos valores contratados com recursos do FNE em Pernambuco, evoluindo de R\$ 283,8 milhões em 2000 para R\$ 1,9 bilhão em 2014, sendo o valor total aplicado no período de R\$17,3 milhões. Em relação à quantidade de operações contratadas, ocorreu também um aumento expressivo, saltando de aproximadamente 13 mil em 2000 para mais de 54,7 mil em 2014,

ampliando-se substancialmente o acesso ao crédito em benefício dos empreendedores pernambucanos.

Gráfico 1 – Evolução das contratações com recursos do FNE em Pernambuco - (R\$ milhões)

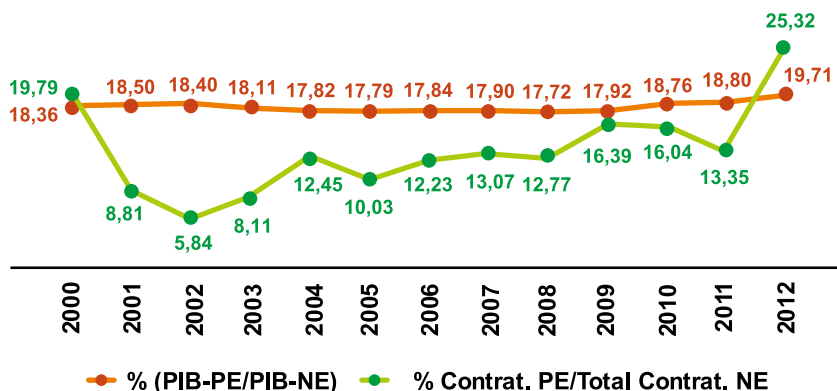


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Outro aspecto a destacar é que a participação do PIB de Pernambuco na economia do Nordeste oscilou entre 18,4% em 2000 e 19,7% em 2012. O FNE, por sua vez, destinou 14,3% do total aplicado por essa fonte de financiamento para Pernambuco nesse período, verificando-se uma trajetória ascendente em anos recentes (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Participação de Pernambuco no PIB regional e no total das contratações do FNE na Região Nordeste - 2000 a 2012 - Em %

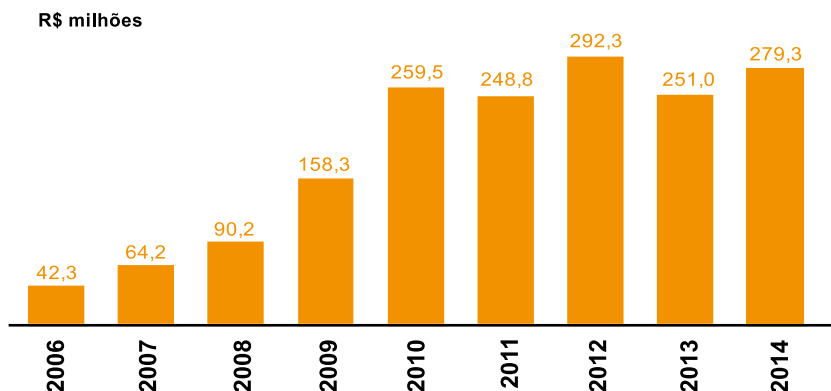


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE (2014).

Em relação ao atendimento às áreas consideradas prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Governo Federal, quais sejam as mesorregiões diferenciadas da Chapada do Araripe e Xingó, a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) de Petrolina e o semiárido pernambucano, os financiamentos do FNE alcançaram, em valores atualizados, R\$ 1,7 bilhão, R\$ 1 bilhão e R\$ 5,8 bilhões, respectivamente, considerando-se o período de 2006 a 2014.

Além disso, em sintonia com as políticas públicas de âmbito nacional de apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), Pernambuco elevou as aplicações com recursos do FNE para esse segmento, especialmente a partir de 2006 (Gráfico 3). Esse resultado é compatível com o crescimento dos financiamentos do FNE para comércio e serviços, principal setor de atuação das MPEs. Os financiamentos do fundo Constitucional para MPEs saltaram de R\$ 42,3 milhões em 2006 para R\$ 279,3 milhões em 2014, em valores atualizados, representando um incremento de aproximadamente 560% nas contratações com MPEs (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução das contratações com recursos do FNE para Micro e Pequenas Empresas em Pernambuco

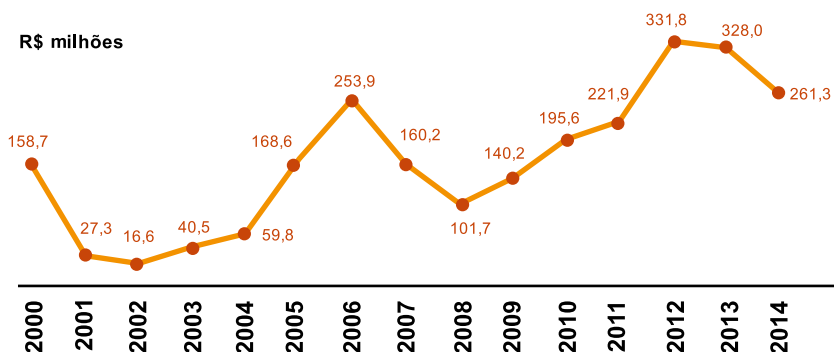


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Os agricultores familiares também têm sido beneficiados com substancial parcela de recursos do FNE, por meio do Programa Pronaf. Conforme detalhado no Gráfico 4, observa-se uma evolução de R\$ 158,7 milhões, em 2000, para R\$ 261,3 milhões em 2014. Registre-se, contudo, os efeitos da estiagem, que prosseguiu em 2014, contribuíram para uma redução de cerca de 20% na contratação de recursos no âmbito do Programa, em relação ao ano de 2013, situação que se espera seja revertida nos próximos exercícios.

Gráfico 4 – Evolução das contratações com recursos do FNE para a Agricultura Familiar em Pernambuco

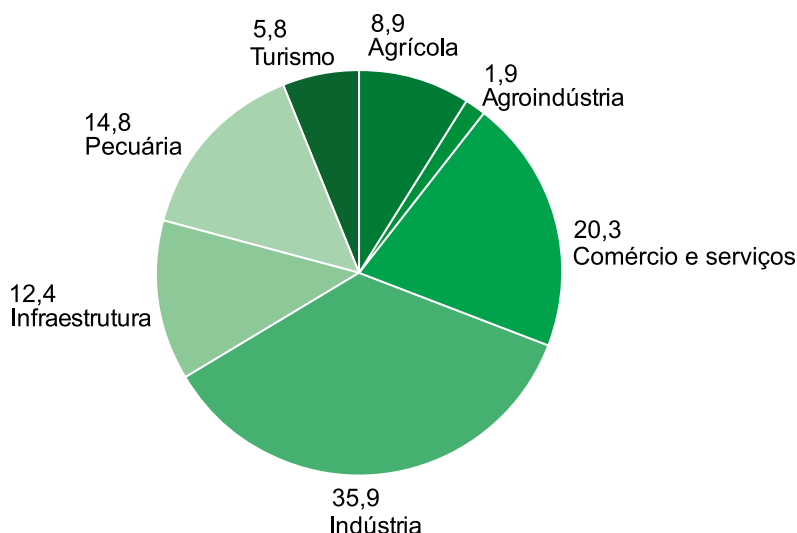


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Com relação aos financiamentos setoriais, no período de 2000 a 2014, verificou-se maior participação dos setores indústria (35,9%) comércio e serviços (20,3%), e pecuária (14,8%), conforme apresentado no Gráfico 5. A alocação setorial dos recursos do FNE corresponde à demanda estadual por recursos, que por sua vez retrata o perfil produtivo estadual. Mudanças na estrutura produtiva estadual podem ocorrer através da implementação de políticas setoriais, que complementem a ação creditícia.

Gráfico 5 – Participação média dos setores econômicos nos financiamentos do FNE em Pernambuco - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

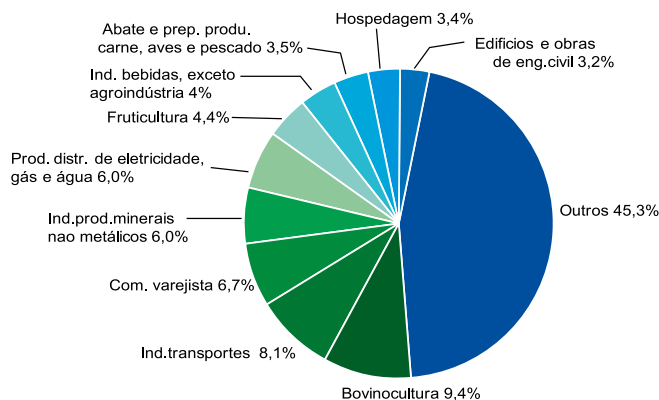
Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Destaca-se ainda o apoio proporcionado a grandes empreendimentos em Pernambuco, em diversos setores, a exemplo da pecuária, indústria, comércio, serviços e infraestrutura, nos quais empresas âncoras podem contribuir para estruturar cadeias produtivas estaduais, vez que essas firmas demandam insumos e bens intermediários que podem ser produzidos por fornecedores locais de diferentes portes.

Nos últimos quatro anos (2011-2014), por exemplo, foram financiados no Estado grandes empreendimentos dos segmentos automotivo, hoteleiro, vidreiro, de *shopping centers*, cervejeiro e de alimentação.

O Gráfico 6 exhibe as principais atividades econômicas e sua participação no total de financiamentos do FNE em Pernambuco no período 2011-2014, podendo ser observada a diversidade de segmentos produtivos apoiados.

Gráfico 6 – Principais atividades financiadas com FNE em Pernambuco - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

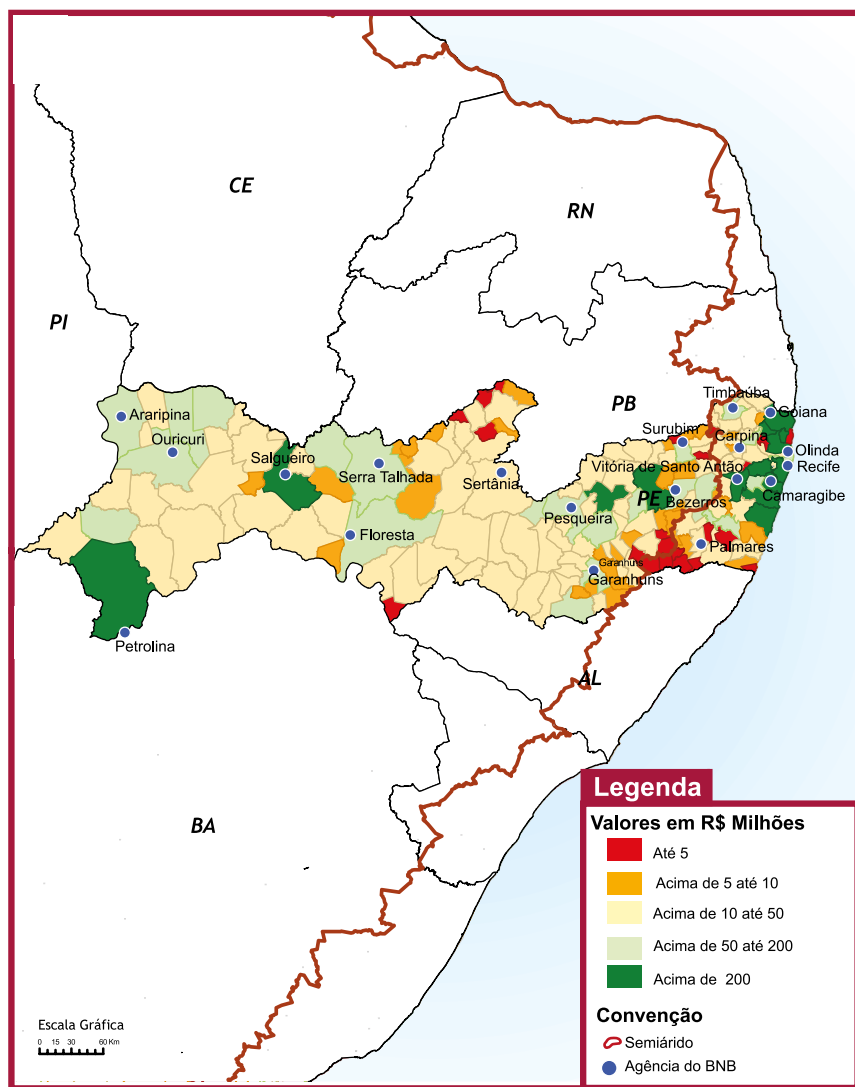
Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Outro aspecto fundamental na aplicação dos recursos do FNE diz respeito à democratização do acesso ao crédito e à desconcentração da aplicação dos recursos em termos territoriais. Neste contexto, o Mapa 1 mostra a distribuição do volume dos financiamentos por município, no período de 2006 a 2014.

Assim, é possível visualizar que o FNE tem atendido a todos os municípios de Pernambuco. Contudo, a demanda por recursos é maior nos principais centros de produção do Estado, especificamente os municípios de Petrolina, Salgueiro, Jardim, Caruaru além da Região Metropolitana de Recife. Seguem-se as áreas no entorno de Araripina, Ouricuri, Serra Talhada, Pesqueira e Garanhuns. As demais áreas, localizadas em várias regiões do Estado, possuem estruturas produtivas menos desenvolvidas, o que influencia demanda menor por financiamentos e a consequente aplicação de recursos, conforme apresentado no Mapa 1.

Referido mapa é um indicativo dos municípios potencialmente prioritários para ações institucionais integradas, visando ao desenvolvimento dos empreendimentos rurais e urbanos e à consequente ampliação do apoio do BNB/FNE.

Mapa 1 – Volume de financiamentos do FNE em Pernambuco - 2006 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Em síntese, fica evidenciada a contribuição do FNE como instrumento para potencializar oportunidades econômicas em Pernambuco, a exemplo da informática, fruticultura irrigada, Comple-

xo Industrial Portuário de Suape, além dos setores agroindustriais (cadeia sucroalcooleira, processadora de alimentos), mineral, industrial (metal mecânica, têxtil, calçados), comercial e de turismo, integrando a parceria do Banco do Nordeste com os Estados na promoção do desenvolvimento.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **FNE 2014**. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: programação regional. Fortaleza, 2014.

DUARTE, A. O. ; SILVA FILHO, G. E. **Perfil econômico de Pernambuco**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2002-2008**. Rio de Janeiro, 2010. (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, 2014. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

15 Considerações finais

Conforme evidenciado no presente perfil social e econômico, o estado de Pernambuco é detentor de uma expressiva base de recursos naturais que necessita ser utilizada de forma sustentável e em prol da maioria da população local. Recentemente, a Unidade Federativa passou por um amplo processo de transformação. Os diferentes indicadores econômicos e sociais analisados mostraram importante avanço, o que se traduziu em melhoria no bem-estar da população.

É importante enfatizar que a economia pernambucana apresentou uma evolução expressiva, tendo seu PIB e PIB *per capita* crescido 78,1% e 63,5% em termos reais, respectivamente, de 2002 a 2012.

Referido crescimento foi alcançado em função das sólidas políticas macroeconômicas adotadas no Brasil, especialmente a partir de 2003, que possibilitaram a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento que havia sido interrompido nas chamadas “décadas perdidas” dos anos 1980 e 1990. Com isso, gerou-se incremento nos investimentos produtivos e em infraestrutura no Brasil, e particularmente em Pernambuco.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais implementadas permitiram a inclusão e ascensão social de expressivo contingente de pessoas. O conjunto dessas políticas contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho e o fortalecimento do setor produtivo gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento.

O estado de Pernambuco foi beneficiado por esses resultados. O estoque de empregos em Pernambuco saltou de 871.812 vagas em 2000 para 1.740.074 em 2013, com aumento expressivo de 99,6% no período estudado. Paralelamente, o número de estabelecimentos formais saltou de 53.513 para 107.245, aumento de 104,5% em relação ao ano de 2000.

Atualmente, projetos de base estão em execução no Estado visando à redução de gargalos na infraestrutura, contribuindo assim para elevar a competitividade da economia pernambucana, a

exemplo de obras para ampliar os equipamentos de utilidade pública, modernizar a logística e os meios de transporte além de fortalecer os recursos hídricos.

Cabe mencionar a expansão da ação creditícia e em especial a atuação das agências oficiais de fomento, particularmente o Banco do Nordeste, que expandiram de forma considerável os financiamentos para o setor produtivo no Estado.

Além disso, os investimentos na área social também têm sido expressivos, tanto que se constatou uma melhoria significativa nas condições dos domicílios, bem como uma expansão dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, distribuição de energia elétrica e esgotamento sanitário. De fato, ocorreram avanços importantes em Pernambuco nessas áreas em anos recentes.

Os indicadores sociais referentes às dimensões de saúde e educação também obtiveram incrementos importantes nos últimos anos. Assim, as diferenças existentes em relação aos demais Estados tenderam a se reduzir no período analisado.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, é fundamental reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. O PIB *per capita* do Estado, aproximadamente R\$ 14,0 mil em 2012, é superior ao do Nordeste (R\$ 11,7 mil em 2012), mas, ainda é pouco mais da metade do nacional, que alcançou R\$ 24,1 mil no mesmo ano. O IDH de Pernambuco cresceu de 0,440 em 1991 para 0,684 em 2010, sendo maior que a média para o Nordeste (0,660 em 2010) embora permaneça inferior em comparação com a média nacional (0,726 em 2010).

Nesse contexto, as estratégias a serem elaboradas e implementadas devem levar em conta um complexo quadro social e econômico delineado em um território que sofre crescente pressão ambiental causada por atividades humanas.

É importante ressaltar que as taxas de crescimento populacional têm diminuído ao longo das últimas décadas, ocorrendo um progressivo envelhecimento da população.

A diminuição do ritmo de crescimento da população em Pernambuco é reflexo da redução das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, por efeito do processo de urbanização da população, da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população.

Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 6,6 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos (1,5 milhão) e superior a 64 anos (647,5 mil), somando 2,1 milhões, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA).

Quando a PIA é superior à PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo, portanto o chamado “bônus demográfico”. Pernambuco tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Por outro lado, a taxa de crescimento populacional tem diminuído ao longo das últimas décadas, e ao mesmo tempo a população idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias. Em consequência, o bônus demográfico tende a diminuir no futuro, o que implicará redução da força de trabalho e exigirá um redesenho nas políticas públicas, principalmente as voltadas para formação profissional de jovens e de assistência médica e previdenciária para os mais idosos.

A Mesorregião Metropolitana de Pernambuco concentra 41,9% da população estadual. A taxa de urbanização da população pernambucana, em 2012, era de 81,2%, a mais alta no Nordeste, cuja média é de 73,1%, e a mais próxima da nacional (84,3%). Os municípios mais populosos são Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Caruaru e Petrolina, todos com população acima de 300 mil habitantes, sendo o Estado um dos poucos no Nordeste com tantas cidades nessa faixa populacional, concentrando 39,5% da população total (3,7 milhões de habitantes). A área somada destes municípios é de 6.098,6 km², gerando uma densidade demográfica de 601 habitantes/km², mais de seis vezes superior à do Estado.

Em paralelo à concentração espacial da população verifica-se, também, a manutenção da polarização das principais ativida-

des econômicas do Estado. A Mesorregião Metropolitana de Recife detém aproximadamente dois terços do PIB estadual. Algumas das novas dinâmicas econômicas e os novos eixos de articulação produtiva reforçam o processo de concentração econômica e populacional nos principais centros urbanos.

A desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB) mostra que as atividades econômicas do Estado são concentradas em serviços, embora, esse setor tenha reduzido ligeiramente a participação entre 2002 e 2012, de 73,4% para 72,2%. A agropecuária também diminuiu sua importância no VAB, que era de 4,9%, em 2002, para 2,7%, em 2012. Por outro lado, a indústria de Pernambuco ganhou participação nesse período, passando de 21,7%, em 2002, para 25,1%, em 2012.

A diversidade fitogeográfica confere ao estado de Pernambuco amplas possibilidades de produção agrícola. Além da cana-de-açúcar, a fruticultura irrigada possui elevada importância na geração de renda e postos de trabalho. Nos últimos anos ocorreu uma significativa expansão de culturas permanentes de alto valor de mercado nos perímetros irrigados, em detrimento de culturas temporárias, tanto irrigadas quanto de sequeiro.

A cana-de-açúcar, que continua sendo a principal cultura do Estado, está perdendo importância relativa em termos de valor da produção, tendo apresentado também relevante redução da área colhida, o que reflete diretamente na geração de postos de trabalho e renda em Pernambuco.

As atividades pecuárias têm experimentado avanços em termos de crescimento do rebanho e do aumento de produtividade, em virtude do emprego de novas tecnologias, da cooperação de instituições técnicas e de fomento e dos incentivos de programas institucionais.

Pernambuco participa de forma expressiva na indústria nordestina. De fato, a participação de Pernambuco no VAB da indústria regional foi 20,5% em 2012, ano em que esse indicador no Estado somou R\$ 26,4 bilhões.

Além disso, a indústria de Pernambuco está diversificando seu portfólio. Diversos segmentos da indústria de transformação, até recentemente inexistentes no Estado, iniciaram suas operações

nos últimos anos ou estão em fase de implantação a exemplo das indústrias automotiva, petroquímica e naval.

As mudanças na base produtiva de Pernambuco incrementaram os recursos de arrecadação, embora o Estado ainda seja dependente das transferências constitucionais para executar ações e projetos. A título de ilustração, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 11,7 bilhões em 2013 (segundo Estado nesse tipo de arrecadação no Nordeste), enquanto que as transferências do Governo Federal por intermédio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) somaram R\$ 6,6 bilhões nesse mesmo ano.

Na verdade, o índice de dependência financeira de Pernambuco, ou seja, a proporção da receita total do Estado que é obtida através de taxação sobre atividades produtivas, passou de 0,48 em 2000 para 0,58 em 2013 (o indicador mais elevado no Nordeste). Quando o referido índice se aproxima de 1, significa maior capacidade do ente federativo para gerar suas receitas através da arrecadação de tributos. No caso de Pernambuco, aproximadamente 40% das receitas estaduais provêm de fontes não tributárias. Em termos comparativos, São Paulo tem índice médio de dependência financeira de 0,9.

O quadro de questões a serem enfrentadas remete à necessidade de se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento focada em ao menos três grandes diretrizes. Primeiramente, é fundamental a manutenção dos programas sociais para que a redução da pobreza e a inclusão social prossigam de forma acelerada. Também, referidas políticas permitem ampliar o mercado consumidor que por sua vez é indutor do desenvolvimento local.

Além disso, torna-se fundamental intensificar os investimentos em infraestruturas físicas, de forma que se possa criar um ambiente atraente para a geração de novos negócios no Estado, além de contribuir para melhorar o bem-estar da população.

É importante ainda se desenvolver ações que promovam a formação de capital humano, buscando-se melhorar os níveis de qualificação da força de trabalho. A mão de obra adequadamente preparada cria as bases para a formação de um ambiente inovador

e amplia a produtividade da economia, favorece uma melhor distribuição da renda e possibilita maior mobilidade social.

As ações voltadas para expandir a qualificação da força de trabalho devem, necessariamente, contemplar a ampliação e melhoria da qualidade do ensino básico, reduzindo o analfabetismo e promovendo a cidadania. As iniciativas devem, ainda, buscar incrementar a formação técnica e profissional de forma a qualificar a população para ingressar no mercado de trabalho.

Em síntese, Pernambuco obteve importante progresso em termos econômicos e sociais em anos recentes. Apesar dos avanços, os principais indicadores do Estado ainda são inferiores em comparação com as médias nacionais, de forma que a desigualdade inter-regional continua sendo um tema relevante para o Estado. Em face dos desafios a serem enfrentados por Pernambuco, as políticas públicas serão fundamentais para que o Estado possa se desenvolver de forma sustentável.

1 Informações territoriais

Características geográficas - 2013

Característica		% Nordeste
Área (km²)	98.149	6,31
Extensão da costa litorânea (km)	216	4,17
Número de municípios	185	10,31
Número de distritos	391	12,18

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2013.

2 Informações econômicas

Produto Interno Bruto - 2012

PIB	Valores Correntes	% Participação
	R\$ milhões	% do Nordeste
PIB a preços correntes	117.340	19,71
	R\$ 1,00	% do Brasil
Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	13.138	58,02

Fonte: IBGE. Contas regionais do Brasil 2012..

PIB e população por município - 2012

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB per capita(R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Total geral	117.340.092	100,00	13.138,48	8.931.028	100,00
Abreu e Lima	1.025.853	0,87	10.771	95.243	1,07
Afogados da Ingazeira	257.336	0,22	7.266	35.416	0,40
Afrânio	100.779	0,09	5.607	17.975	0,20
Agrestina	148.342	0,13	6.428	23.079	0,26
Água Preta	176.301	0,15	5.218	33.785	0,38
Águas Belas	219.294	0,19	5.378	40.778	0,46
Alagoinha	77.394	0,07	5.632	13.741	0,15
Aliança	200.054	0,17	5.342	37.450	0,42
Altinho	115.397	0,10	5.158	22.371	0,25
Amaraji	127.522	0,11	5.787	22.035	0,25
Angelim	57.279	0,05	5.522	10.372	0,12
Araçoiaba	81.130	0,07	4.358	18.617	0,21
Araripina	495.119	0,42	6.326	78.270	0,88
Arcoverde	580.253	0,49	8.304	69.880	0,78
Barra de Guabiraba	67.088	0,06	5.139	13.054	0,15
Barreiros	259.908	0,22	6.343	40.973	0,46
Belém de Maria	54.617	0,05	4.765	11.463	0,13
Belém do São Francisco	132.064	0,11	6.518	20.260	0,23
Belo Jardim	974.696	0,83	13.353	72.996	0,82
Betânia	55.188	0,05	4.558	12.109	0,14
Bezerros	436.990	0,37	7.424	58.864	0,66
Bodocó	180.672	0,15	5.064	35.676	0,40
Bom Conselho	322.775	0,28	7.019	45.983	0,51
Bom Jardim	205.548	0,18	5.416	37.949	0,42
Bonito	239.712	0,20	6.386	37.539	0,42
Brejão	65.654	0,06	7.432	8.834	0,10
Brejinho	38.660	0,03	5.287	7.312	0,08

continua...

continuação

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participa- ção (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Brejo da Madre de Deus	239.457	0,20	5.178	46.248	0,52
Buenos Aires	65.362	0,06	5.180	12.618	0,14
Buíque	347.548	0,30	6.520	53.304	0,60
Cabo de Santo Agostinho	6.006.252	5,12	31.742	189.222	2,12
Cabrobó	255.987	0,22	8.127	31.497	0,35
Cachoeirinha	114.040	0,10	5.974	19.088	0,21
Caetés	142.747	0,12	5.298	26.946	0,30
Calçado	64.983	0,06	5.880	11.051	0,12
Calumbi	32.113	0,03	5.691	5.643	0,06
Camaragibe	931.590	0,79	6.344	146.847	1,64
Camocim de São Félix	102.103	0,09	5.866	17.405	0,19
Camutanga	189.935	0,16	23.151	8.204	0,09
Canhotinho	127.865	0,11	5.227	24.461	0,27
Capoeiras	113.394	0,10	5.786	19.599	0,22
Carnaíba	94.134	0,08	5.032	18.707	0,21
Carnaubeira da Penha	54.473	0,05	4.543	11.991	0,13
Carpina	760.686	0,65	9.940	76.527	0,86
Caruaru	3.872.947	3,30	11.950	324.095	3,63
Casinhas	68.741	0,06	4.970	13.830	0,15
Catende	193.782	0,17	4.993	38.812	0,43
Cedro	59.148	0,05	5.395	10.964	0,12
Chã de Alegria	63.865	0,05	5.068	12.601	0,14
Chã Grande	126.392	0,11	6.196	20.399	0,23
Condado	136.117	0,12	5.520	24.658	0,28
Correntes	94.485	0,08	5.438	17.374	0,19
Cortês	100.438	0,09	8.088	12.418	0,14

continua...

continuação

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participa- ção (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Cumaru	102.560	0,09	5.871	17.470	0,20
Cupira	142.846	0,12	6.180	23.114	0,26
Custódia	252.502	0,22	7.331	34.442	0,39
Dormentes	135.140	0,12	7.813	17.296	0,19
Escada	528.750	0,45	8.208	64.422	0,72
Exu	170.553	0,15	5.411	31.518	0,35
Feira Nova	113.290	0,10	5.439	20.830	0,23
Fernando de Noronha	43.861	0,04	16.137	2.718	0,03
Ferreiros	71.345	0,06	6.184	11.537	0,13
Flores	103.305	0,09	4.661	22.162	0,25
Floresta	339.134	0,29	11.315	29.973	0,34
Frei Miguelinho	72.405	0,06	4.996	14.492	0,16
Gameleira	131.490	0,11	4.613	28.503	0,32
Garanhuns	1.389.009	1,18	10.589	131.169	1,47
Glória do Goitá	148.327	0,13	5.073	29.241	0,33
Goiana	872.238	0,74	11.492	75.902	0,85
Granito	39.301	0,03	5.640	6.968	0,08
Gravatá	625.893	0,53	8.040	77.845	0,87
Iati	94.005	0,08	5.092	18.462	0,21
Ibimirim	156.770	0,13	5.732	27.349	0,31
Ibirajuba	43.310	0,04	5.737	7.549	0,08
Igarassu	1.470.899	1,25	14.008	105.003	1,18
Igaraci	57.925	0,05	4.899	11.824	0,13
Ilha de Itamaracá	144.613	0,12	6.344	22.794	0,26
Inajá	131.372	0,11	6.583	19.957	0,22
Ingazeira	27.090	0,02	6.039	4.486	0,05
Ipojuca	11.595.851	9,88	138.273	83.862	0,94
Ipubi	172.343	0,15	5.966	28.887	0,32
Itacuruba	35.997	0,03	8.044	4.475	0,05
Itaíba	169.402	0,14	6.472	26.175	0,29

continua...

continuação

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Itambé	229.691	0,20	6.477	35.461	0,40
Itapetim	66.333	0,06	4.825	13.748	0,15
Itapissuma	739.543	0,63	30.408	24.321	0,27
Itaquitinga	125.024	0,11	7.708	16.221	0,18
Jaboatão dos Guararapes	9.480.125	8,08	14.478	654.786	7,33
Jaqueira	57.764	0,05	5.032	11.479	0,13
Jataúba	89.331	0,08	5.508	16.219	0,18
Jatobá	80.060	0,07	5.683	14.087	0,16
João Alfredo	174.901	0,15	5.587	31.305	0,35
Joaquim Nabuco	141.303	0,12	8.971	15.751	0,18
Jucati	67.222	0,06	6.258	10.742	0,12
Jupi	85.314	0,07	6.138	13.899	0,16
Jurema	74.527	0,06	5.083	14.662	0,16
Lagoa de Itaenga	213.423	0,18	10.294	20.733	0,23
Lagoa do Carro	84.951	0,07	5.177	16.408	0,18
Lagoa do Ouro	66.307	0,06	5.388	12.307	0,14
Lagoa dos Gatos	77.763	0,07	4.943	15.731	0,18
Lagoa Grande	244.028	0,21	10.470	23.308	0,26
Lajedo	247.853	0,21	6.646	37.296	0,42
Limoeiro	403.267	0,34	7.287	55.343	0,62
Macaparana	149.770	0,13	6.204	24.142	0,27
Machados	84.432	0,07	5.984	14.109	0,16
Manari	82.115	0,07	4.357	18.847	0,21
Maraial	59.586	0,05	4.982	11.961	0,13
Mirandiba	81.200	0,07	5.605	14.488	0,16
Moreilândia	57.545	0,05	5.222	11.020	0,12
Moreno	386.321	0,33	6.681	57.828	0,65
Nazaré da Mata	288.055	0,25	9.283	31.029	0,35
Olinda	3.687.724	3,14	9.723	379.271	4,25
Orobó	123.574	0,11	5.374	22.996	0,26

continua...

continuação

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB per capita(R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Orocó	106.872	0,09	7.895	13.536	0,15
Ouricuri	369.987	0,32	5.648	65.510	0,73
Palmares	533.529	0,45	8.879	60.091	0,67
Palmeirina	46.040	0,04	5.634	8.172	0,09
Panelas	127.826	0,11	4.915	26.005	0,29
Paranatama	68.835	0,06	6.201	11.100	0,12
Parnamirim	131.817	0,11	6.454	20.425	0,23
Passira	140.821	0,12	4.932	28.552	0,32
Paudalho	340.912	0,29	6.519	52.297	0,59
Paulista	2.805.476	2,39	9.161	306.239	3,43
Pedra	143.520	0,12	6.818	21.050	0,24
Pesqueira	439.566	0,37	6.920	63.519	0,71
Petrolândia	816.787	0,70	24.548	33.273	0,37
Petrolina	3.786.065	3,23	12.399	305.352	3,42
Poção	59.353	0,05	5.381	11.029	0,12
Pombos	181.664	0,15	6.964	26.086	0,29
Primavera	118.423	0,10	8.641	13.705	0,15
Quipapá	127.096	0,11	5.189	24.495	0,27
Quixaba	35.311	0,03	5.253	6.722	0,08
Recife	36.821.898	31,38	23.679	1.555.039	17,41
Riacho das Almas	121.940	0,10	6.290	19.387	0,22
Ribeirão	281.938	0,24	6.272	44.950	0,50
Rio Formoso	204.771	0,17	9.157	22.361	0,25
Sairé	82.865	0,07	7.618	10.877	0,12
Salgadinho	41.204	0,04	4.274	9.641	0,11
Salgueiro	626.379	0,53	10.923	57.343	0,64
Saloá	85.886	0,07	5.593	15.355	0,17
Sanharó	126.444	0,11	5.523	22.896	0,26
Santa Cruz	69.404	0,06	4.977	13.946	0,16
Santa Cruz da Baixa Verde	53.213	0,05	4.471	11.901	0,13

continua...

continuação

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participa- ção (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Santa Cruz do Capibaribe	766.084	0,65	8.337	91.891	1,03
Santa Filomena	61.472	0,05	4.533	13.561	0,15
Santa Maria da Boa Vista	304.324	0,26	7.643	39.816	0,45
Santa Maria do Cambucá	71.135	0,06	5.383	13.215	0,15
Santa Terezinha	53.873	0,05	4.852	11.103	0,12
São Benedito do Sul	70.839	0,06	4.945	14.326	0,16
São Bento do Una	384.994	0,33	7.073	54.433	0,61
São Caitano	198.997	0,17	5.597	35.554	0,40
São João	126.364	0,11	5.864	21.549	0,24
São Joaquim do Monte	110.805	0,09	5.383	20.586	0,23
São José da Coroa Grande	120.117	0,10	6.384	18.816	0,21
São José do Belmonte	173.391	0,15	5.292	32.763	0,37
São José do Egito	199.740	0,17	6.206	32.186	0,36
São Lourenço da Mata	711.930	0,61	6.794	104.782	1,17
São Vicente Ferrer	117.474	0,10	6.849	17.151	0,19
Serra Talhada	921.058	0,78	11.443	80.489	0,90
Serrita	96.662	0,08	5.220	18.519	0,21
Sertânia	216.363	0,18	6.343	34.109	0,38
Sirinhaém	354.001	0,30	8.553	41.391	0,46
Solidão	30.223	0,03	5.232	5.777	0,06
Surubim	435.891	0,37	7.295	59.751	0,67
Tabira	149.597	0,13	5.585	26.784	0,30
Tacaimbó	65.672	0,06	5.173	12.695	0,14
Tacaratu	107.524	0,09	4.712	22.819	0,26
Tamandaré	193.268	0,16	9.102	21.234	0,24
Taquaritinga do Norte	156.369	0,13	6.089	25.681	0,29
Terezinha	35.720	0,03	5.251	6.803	0,08
Terra Nova	55.684	0,05	5.841	9.534	0,11

continua...

continuação

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Timbaúba	495.254	0,42	9.281	53.360	0,60
Toritama	387.474	0,33	10.297	37.631	0,42
Tracunhaém	74.319	0,06	5.649	13.155	0,15
Trindade	191.665	0,16	7.165	26.749	0,30
Triunfo	83.384	0,07	5.564	14.987	0,17
Tupanatinga	124.862	0,11	5.000	24.973	0,28
Tuparetama	51.332	0,04	6.457	7.950	0,09
Venturosa	109.213	0,09	6.492	16.823	0,19
Verdejante	48.985	0,04	5.332	9.187	0,10
Vertente do Lério	52.136	0,04	6.707	7.773	0,09
Vertentes	106.729	0,09	5.703	18.716	0,21
Vicência	221.756	0,19	7.149	31.021	0,35
Vitória de Santo Antão	1.950.780	1,66	15.017	129.907	1,45
Xexéu	72.011	0,06	5.083	14.168	0,16

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE. Produto Interno Bruto dos municípios, 2012 e Estimativas de população, 1 de julho de 2012.

Finanças públicas - 2013

Receita/despesa	R\$ 1,00 correntes
Receita total	30.825.151.111
Receitas correntes	23.945.699.182
Receita tributária	13.442.144.060
Impostos	12.940.709.686
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.394.864.448
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR	710.781.762
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	625.393.715
"Imposto sobre Transmissão ""Causa Mortis"" e Doação de Bens e Direitos – ITCD"	58.688.971
Impostos sobre a Produção e a Circulação	11.545.845.238
Taxas	501.434.374
Contribuição de melhoria	0
Receitas de contribuições	962.954.881
Receita patrimonial	264.719.666
Receita agropecuária	1.642.831
Receita industrial	760.387
Receita de serviços	114.722.926
Transferências correntes	8.542.446.505
Outras receitas correntes	616.307.927
Receitas de capital	3.817.475.152
Operações de crédito	2.904.059.561
Alienação de bens	6.314.562
Amortização de empréstimos	71.192
Transferências de capital	899.218.301
Outras receitas de capital	7.811.535
Receitas correntes intra-orçamentárias	2.985.240.541
Receitas de capital intra-orçamentárias	76.736.236
Despesa total	26.848.712.055
Despesas correntes	22.443.578.679
Pessoal e encargos sociais	12.490.266.032
Juros e encargos da dívida	462.283.719
Outras despesas correntes	9.491.028.929
Despesas de capital	4.405.133.376
Investimentos	2.813.958.817
Inversões financeiras	956.132.126
Amortização da dívida	635.042.433

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Execução orçamentária 2013.

Comércio exterior: principais produtos - 2013

Exportações	US\$ 1,00 FOB	% do Estado
Total	1.991.530.707	100,0
Plataformas de perfuração/ exploração, flutuante	1.154.914.316	58,0
Outros açúcares de cana	122.231.871	6,1
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quim	104.627.072	5,3
Ácido tereftálico e seus sais	100.536.596	5,1
Uvas frescas	73.018.411	3,7
Tereftalato de polietileno em forma primária	50.972.414	2,6
Consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes p/ AE	41.497.872	2,1
Mangas frescas ou secas	41.037.116	2,1
Outros acumuladores elet de chumbo	35.720.408	1,8
Outras chapas, etc. de outras plásticos, estrati	27.014.389	1,4
Outros produtos	239.960.242	12,1
Importações		
Total	6.824.273.894	100,0
"Gasóleo" (óleo diesel)	1.173.917.352	17,2
Outros propanos liquefeitos	672.016.734	9,9
Outras gasolinas, exceto para aviação	621.439.522	9,1
Ácido tereftálico e seus sais	434.757.712	6,4
Querosenes de aviação	246.170.126	3,6
Outros trigos e misturas de trigo c/centeio, exc	204.847.101	3,0
Butanos liquefeitos	118.733.343	1,7
Etilenoglicol (Etanodiol)	104.825.192	1,5
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	94.806.662	1,4
P - Xileno	87.863.545	1,3
Outros produtos	3.064.896.605	44,9
Saldo da Balança Comercial	-4.832.743.187	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Estatísticas de comércio exterior, dez./2013..

Agropecuária - 2013

Lavoura temporária: principais produtos	Área colhida (Hectares)	Quant. produzida	Valor prod.(R\$ mil correntes)
Total	65.396.271	994.114.867	196.083.409
Soja (em grão) (Toneladas)	27.906.675	81.724.477	68.934.365
Milho (em grão) (Toneladas)	15.279.652	80.273.172	26.723.098
Cana-de-açúcar (Toneladas)	10.195.166	768.090.444	42.946.610
Feijão (em grão) (Toneladas)	2.813.506	2.892.599	6.945.591
Arroz (em casca) (Toneladas)	2.353.152	11.782.549	7.545.031
Trigo (em grão) (Toneladas)	2.087.395	5.738.473	3.809.302
Outros	4.760.725	43.613.153	39.179.412
Lavoura permanente: principais produtos			
Total	7.983.630	44.370.588	49.206.193
Café (em grão) Total (Toneladas)	2.085.522	2.964.538	12.820.331
Café (em grão) Arábica (Toneladas)	1.620.931	2.320.343	10.377.010
Laranja (Toneladas)	702.200	17.549.536	4.765.624
Castanha de caju (Toneladas)	695.289	109.679	160.294
Cacau (em amêndoa) (Toneladas)	689.276	256.186	1.214.039
Banana (cachos) (Toneladas)	485.075	6.892.622	5.114.222
Outros	1.705.337	14.277.684	14.754.673
Produção física			
Leite (Mil litros)		561.829	15,61
Ovos de galinha (Mil dúzias)		178.025	32,48
Ovos de codorna (Mil dúzias)		7.986	43,82
Mel de abelha (Quilogramas)		502.539	6,67
Efetivo do rebanho (cabeças)		% do Estado	
Total		45.925.084	100,00
Bovino		1.823.230	3,97
Equino		128.027	0,28
Bubalino		8.327	0,02
Suíno - total		399.309	0,87
Suíno - matrizes de suínos		96.205	0,21
Caprino		1.976.398	4,30
Ovino		1.830.647	3,99
Galináceos - total		28.493.693	62,04
Galináceos - galinhas		10.601.938	23,09
Codornas		567.310	1,24

continua...

continuação

Produção de pescado (t)		% do Estado
Total Geral	27.647,30	100,0
Pesca Extrativa	14.849	53,7
Marinha	10.880	39,4
Continental	3.969	14,4
Aqüicultura	12.798	46,3
Marinha	4.555	16,5
Continental	8.243	29,8
Nº de estabelecimentos agropecuários por atividade econômica		% do Nordeste
Total	304.790	12,4
Lavoura temporária	134.177	12,5
Horticultura e floricultura	15.229	24,3
Lavoura permanente	23.388	9,9
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	165	16,7
Pecuária e criação de outros animais	125.992	13,0
Produção florestal - florestas plantadas	2.727	9,7
Produção florestal - florestas nativas	2.400	3,1
Pesca	445	9,8
Aquicultura	267	7,3

Fonte: elaborados pelo BNB, ETENE com dados do IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2013; Produção Pecuária Municipal, 2013 e Censo Agropecuário, 2006; Ministério da Pesca e Aquicultura. Estatística da Pesca e Aquicultura, 2011.

Nota: os dados de produção de pescado refere-se ao ano de 2011.

Energia elétrica - 2012

Consumo de energia elétrica	(GWh)	% do Estado
Total	12.935	100,00
Residencial	4.563	35,28
Industrial	3.414	26,39
Comercial	2.548	19,70
Rural	665	5,14
Poder público	665	5,14
Iluminação pública	417	3,22
Serviço público	617	4,77
Consumo próprio	47	0,36

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Anuário estatístico de energia elétrica, 2013.

Número de intermediários financeiros - 2013

Intermediário	Quantidade	% do Nordeste
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	24	11,43
Demais Estabelecimentos bancários	605	16,76

Fonte: Bacen. Estatística bancária por município, dez./2013.

3 Informações sociais

Características da população - 2013

População residente ¹	Mil pessoas	% do Estado
Total	9.223	100,00
Por sexo		
Homens	4.379	47,5
Mulheres	4.844	52,5
Por situação de domicílio		
Urbana	7.524	81,6
Rural	1.699	18,4
Taxa de urbanização (%)¹		81,6
Densidade Demográfica (hab/km²)¹		94,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Índices de Desenvolvimento Humano e distribuição de renda

Índice	Nº Índice
IDH - M (1991)	0,440
IDH - M (2000)	0,544
IDH - M (2010)	0,673
Índice de Gini (2012)	0,502

Fontes. PNUD. Atlas do desenvolvimento humano 2013 e Ipea. Ipeadata.

Educação - 2012

Taxa de analfabetismo	
Pessoas de 05 anos ou mais de idade	15,6
Média de anos de estudo: 15 anos ou mais	
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	6,67
Distribuição dos estudantes por rede de ensino	
Pública	73,3
Particular	26,8
Distribuição dos estudantes por rede e nível de ensino	
Pré-escolar	
Pública	53,24
Particular	46,76
Fundamental	
Pública	79,37
Particular	20,63
Médio	
Pública	88,37
Particular	11,63
Superior	
Pública	31,16
Particular	68,84

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2013).

Saúde

Ítem	Quantidade	% da Região
Número de estabelecimentos de Saúde (2013)	8.342	14,46
Número de postos de Saúde (2013)	331	7,63
Médicos por mil habitantes (2010)	1,37	-
Leitos por mil habitantes (2012)	2,33	-
Taxa de mortalidade infantil (%) (2011)	18,08	-

Fonte: Departamento de Informática do SUS - DATASUS. Informações de Saúde/TABNET.

Emprego e renda - 2013

População de 10 anos ou mais	Mil pessoas	% do Estado
População em Idade Ativa (PIA)	7.865	100,00
População Economicamente Ativa (PEA)	4.171	53,0
População Ocupada	3.815	48,5
PIA: por classes de rendimento mensal (salários mínimos)		
Total	7.866	100,00
Até 1/2	961	12,22
Mais de 1/2 a 1	1.934	24,59
Mais de 1 a 2	1.495	19,01
Mais de 2 a 3	404	5,14
Mais de 3 a 5	220	2,80
Mais de 5 a 10	129	1,64
Mais de 10 a 20	40	0,51
Mais de 20	17	0,22
Sem rendimento	2.467	31,36
Sem declaração	199	2,53
Vínculos empregatícios formais		
	Unidades	
Total	1.758.482	100,00
Indústria	262.053	14,90
Construção Civil	145.286	8,26
Comércio	313.610	17,83
Serviços e Administração Pública	992.760	56,46
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	44.773	2,55
Estabelecimentos		
	Unidades	
Total	107.245	100,00
Indústria	11.479	10,70
Construção Civil	4.876	4,55
Comércio	48.335	45,07
Serviços e Administração Pública	39.188	36,54
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	3.367	3,1

Fontes: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013 e Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual das Informações Sociais – RAIS, 2013..

Características dos domicílios - 2013

Domicílios particulares permanentes	Mil Unidades	% do Estado
Total	2.914	100,00
Condição de ocupação		
Próprios	2.175	74,64
Alugados	543	18,63
Cedidos	185	6,35
Outros	11	0,38
Domicílios por serviços básicos		
Acesso à rede geral de abastecimento de água	2.402	82,45
Acesso à rede coletora de esgoto ou pluvial	1.527	52,40
Coleta de lixo ¹	2.325	79,80
Acesso à energia elétrica	2.910	99,88
Domicílios por existência de bens duráveis		
Telefone fixo	38	1,31
Telefone celular	1.989	68,28
Telefone fixo e celular	544	18,67
Rádio	2.327	79,87
Televisão	2.832	97,20
Geladeira	2.781	95,46
Microcomputador	1.054	36,16
Máquina de lavar roupa	975	33,45

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

4 Informações políticas

Eleições 2014: número de votos válidos - por cargo eletivo e partidos políticos

Partido	Dep. Estadual	Dep. Federal	Senador	Governador
DEM	47.882	88.250	-	-
PC do B	-	85.053	-	-
PDT	111.190	86.739	-	-
PHS	30.115	28.585	-	-
PMDB	157.740	227.470	-	-
PMN	-	-	-	-
PP	290.301	283.567	-	-
PPS	-	-	-	-
PRB	49.993	-	-	-
PRP	27.660	-	-	-
PRTB	-	-	-	-
PSB	927.169	1.068.942	2.655.912	3.009.087
PSC	-	103.461	-	-
PSD	132.040	100.875	-	-
PSDB	48.459	367.862	-	-
PSDC	-	-	-	-
PSL	42.101	-	-	-
PT	155.552	-	-	-
PT do B	-	-	-	-
PTB	283.226	375.254	-	-
PTC	52.559	-	-	-
PR	157.359	266.491	-	-
PROS	19.794	-	-	-
PSOL	30.435	-	-	-
PTN	-	-	-	-
PEN	-	-	-	-
SD	49.579	-	-	-
PV	-	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Informações e dados estatísticos sobre as eleições, 2014.

